



Plano de Manejo

Anexo X - Relatório Temático da Oficina de Planejamento Participativa e Análise Estratégica

*Moderador da Oficina:
Sérgio Cordioli*

Florianópolis, dezembro de 2010



Secretaria de Estado do
Desenvolvimento Econômico
Sustentável



Consultoria Permanente



Elaboração



Sumário

1	INTRODUÇÃO	4
2	PROCESSO METODOLÓGICO	6
3	PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA FURADA	7
4	EXPECTATIVAS PARA O PARQUE ESTADUAL DA SERRA FURADA	16
4.1	Qual a importância do Parque para o contexto regional?	16
4.2	Qual a nossa visão de futuro em relação ao PAESF?	16
5	FLORA E VEGETAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA FURADA.....	18
5.1	Floresta Tropical do Litoral e Encosta Centro Sul (KLEIN, 1978) ou Floresta Ombrófila Densa (IBGE, 2004).....	19
5.2	Avaliação Ecológica Rápida – ERA.....	20
5.3	Aspectos Florístico-Vegetacionais Relevantes do Parque Estadual Serra Furada.....	21
5.4	Principais Resultados.....	33
6	LEVANTAMENTO DO POTENCIAL ECOTURÍSTICO DO PARQUE	34
6.1	Atividades de turismo de aventura	34
6.2	O que está sendo feito?	35
6.3	Parque Estadual da Serra Furada - Oportunidades & Desafios	35
6.4	Parque Estadual da Serra Furada - Cenário Atual.....	35
6.5	Parque Estadual da Serra Furada - Atrativos.....	36
6.6	Atrativos no Entorno	40
7	ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DO PARQUE	47
7.1	Análise dos Pontos Fortes.....	47
7.2	Análise dos Pontos Fracos.....	48
7.3	Análise das Oportunidades.....	49
7.4	Análise das Ameaças	50
8	ESPACIALIZAÇÃO DE ALGUMAS AÇÕES ESPECÍFICAS.....	51
9	PLANO DE AÇÕES	52
9.1	Pontos Fortes – Propostas de Ações	52
9.2	Pontos Fracos – Propostas de Ações.....	53
9.3	Ameaças – Propostas de Ações.....	55
9.4	OPORTUNIDADES – PROPOSTAS DE AÇÕES	56
10	ZONA DE AMORTECIMENTO	58
10.1	Normas Gerais da Legislação para Z.A.	58
10.2	APP e Reserva Legal na Z.A:	59
10.3	Potenciais Benefícios Financeiros.....	59
10.4	Possíveis Benefícios Financeiros	59
11	INDICAÇÃO DA ZONA DE AMORTECIMENTO.....	60
12	CONSELHO CONSULTIVO DO PAESF	61
12.1	Conselhos de Unidades de Conservação.....	61
12.2	Conselho Consultivo	61
12.3	Competência do Conselho - Decreto Federal n. 4.340/02	61
12.4	Reuniões do Conselho	61
12.5	Funcionamento	62
12.6	Regimento Interno	62

12.7 Atribuições dos Conselheiros	62
12.8 Critérios para participação no conselho consultivo	62
13 INSTITUIÇÕES CANDIDATAS AO CONSELHO CONSULTIVO	63
13.1 O que será importante para a estruturação de um Conselho Consultivo Atual?	63
14 CONTINUIDADE DO PROCESSO	64
14.1 O que deve ser encaminhado para estruturar o Conselho Consultivo do PAESF?	64
15 PRÓXIMOS PASSOS	65
16 AVALIAÇÃO DA OFICINA	66
16.1 Como avaliamos a nossa oficina?	66
17 ANÁLISE ESTRATÉGICA DO PAESF.....	67
ANEXO I – LISTA DE PARTICIPANTES DA OFICINA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA FURADA.....	71

1 INTRODUÇÃO

Este documento descreve as reflexões realizadas durante a Oficina de Planejamento Participativo do Parque Estadual da Serra Furada (PAESF), ocorrida nos dias 07 e 08 de Julho de 2009, nas dependências da Unibave, localizada no Município de Orleans/SC.

Este evento é parte integrante do processo de elaboração do Plano de Manejo do PAESF, desenvolvido pela Socioambiental Consultores Associados (Socioambiental), coordenado pela Fundação de Meio Ambiente – FATMA / PPMA/SC.

A Oficina constitui uma das etapas da metodologia utilizada pela FATMA para a elaboração de planos de manejo para unidades de conservação (UC), que propõe ouvir os diversos representantes dos grupos sociais, dos setores público e privado envolvidos direta ou indiretamente com a UC. A Oficina teve como objetivo oportunizar a manifestação da comunidade regional do entorno a respeito do planejamento do PAESF e da sua Zona de Amortecimento. Buscou-se colher junto aos diversos participantes, subsídios para o plano de manejo e o zoneamento preliminar da UC, assim como da sua zona de amortecimento (ZA).

O Evento foi organizado pela Socioambiental, empresa de Florianópolis/SC, contrata para o desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do Plano de Manejo do PAESF, com recursos do PPMA-SC.

A Oficina foi aberta pelo Sr. José Olímpio da Silva Jr.– Técnico da Socioambiental e Coordenador da equipe de elaboração do Plano de Manejo do PAESF, agradecendo a presença de todos e destacando a importância desta oficina de planejamento participativo para a estruturação do Plano de Manejo.

Os objetivos da oficina foram: (1) Analisar a UC e o seu contexto regional, identificando pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças à Unidade; (2) Identificar as áreas estratégicas internas e externas à UC, inclusive para auxiliar a definição da Zona de Amortecimento (ZA); (3) Estabelecer propostas de ação para o interior da UC e para a região do entorno; e (4) dar início ao processo de organização do Conselho Consultivo do PAESF.

Estrutura do programa:

Dia 07/07

09:00. Abertura dos trabalhos e apresentação da metodologia e dos participante.

09:15. Apresentação sobre o Plano de Manejo (PM).

09:40. Expectativas em relação ao PE da Serra Furada – importância e visão de futuro.

10:30. Intervalo

10:45. Apresentação dos estudos da flora do PAESF.

12:30. Almoço

14:00. Apresentação dos estudos para o desenvolvimento do ecoturismo

14:00. Diagnóstico da situação atual do PAESF:

1. Quais são os principais pontos fracos do PAESF?
2. Quais são os principais pontos fortes do PAESF?
3. Quais são as principais oportunidades para o PAESF?
4. Quais são as principais ameaças ao PAESF?

16:00. Intervalo

Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra Furada – Relatório Temático da OPP e Análise Estratégica

16:45. Apresentação dos resultados.
17:30. Espacialização dos aspectos levantados.
18:30. Conclusão dos trabalhos.

Dia 08/07

09:00. Plano de ações para o PAESF.
10:30. Intervalo
10:45. Plano de ações para o PAESF.
12:30. Almoço
14:00. Apresentação das propostas de ação.
15:30. Apresentação dos conceitos e critérios para definir a zona de amortecimento.
16:00. Intervalo
16:15. Reflexões sobre o Conselho Consultivo do PAESF.
17:30. Identificação das instituições que poderão integrar o Conselho Consultivo.
18:00. Próximos passos - encaminhamentos imediatos.
18:30. Avaliação e encerramento.

2 PROCESSO METODOLÓGICO

A Oficina constou, basicamente, dos seguintes passos e dinâmicas:

1. Apresentação dos objetivos, programação e metodologia utilizada na Oficina;
2. Breve apresentação sobre o processo de elaboração do plano de manejo e uma apresentação resumida sobre o PAESF, pela equipe da Socioambiental;
3. Apresentação dos estudos em desenvolvimento para a elaboração do Plano de Manejo, pela equipe da Socioambiental, responsável pela sua elaboração;
4. Breve apresentação dos estudos desenvolvidos no âmbito da flora do PAESF e do potencial para o desenvolvimento do ecoturismo;
5. Estruturação de uma primeira reflexão sobre a importância e visão de futuro do PAESF;
6. Realização de dinâmicas envolvendo trabalhos em pequenos grupos e debates em plenárias, conduzidas pela moderação, para a construção conjunta da análise do contexto atual da UC:
 - ✓ Análise dos pontos fracos e fortes da UC e suas respectivas relevâncias;
 - ✓ Análise das oportunidades que a UC oferece para fora dos seus limites e vice-versa e as ameaças que existem do exterior para dentro da UC, da mesma forma, analisando a relevância dos pontos identificados;
7. Realização de dinâmicas para a construção conjunta de propostas de ações de manejo que deverão ser consideradas na estruturação do plano de manejo.
8. Proposta das ações que deverão ocorrer na UC;
9. Critérios para a definição dos limites para a sua Zona de Amortecimento;
10. Início dos debates a respeito da formação do Conselho Consultivo do PAESF e os primeiros passos para a sua constituição, com a identificação das possíveis instituições candidatas para comporem o Conselho;
11. Definição dos próximos passos necessários à continuidade do processo de elaboração do plano de manejo.
12. Avaliação da oficina pelos participantes da mesma e o seu encerramento pelos técnicos da Socioambiental.

Além dos princípios e ferramentas de um planejamento participativo, o enfoque participativo foi a base metodológica que fundamentou a oficina, reunindo técnicas e instrumentos que facilitam o processo de debate e de intercâmbio de experiências. Os principais elementos do enfoque participativo utilizados nesta oficina foram, entre outros:

- o moderador como elemento imparcial, de equilíbrio e catalisador para as diversas idéias que apareceram decorrentes do processo grupal;
- a visualização móvel consistindo no registro visual contínuo de todo o processo, mantendo as idéias sempre acessíveis para todos;
- a problematização como mecanismo para evitar a dominação e ativar o intercâmbio de idéias entre os participantes;
- o trabalho em grupo sendo adotado para aumentar a eficácia da comunicação e garantir momentos de criação, gerando idéias para serem o ponto de partida para as discussões em plenária e
- as sessões plenárias que são utilizadas para o aperfeiçoamento e lapidação das idéias geradas nos grupos.

3 PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA FURADA



OFICINA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Objetivos da oficina

<p>Intercâmbio com o conhecimento local e regional</p> <p>+</p> <p>Articulação entre pessoas e instituições envolvidas</p> <p>+</p> <p>Avaliação estratégica de potencial de cooperação para o PAESF e sua ZA</p>		<p>Subsidiar elaboração do planejamento do PAESF:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Colaborar na definição da Visão e da Missão do PAESF;▪ Propostas e diretrizes para o planejamento do PAESF; e▪ Esboço da Zona de Amortecimento.
---	--	---

Parque Estadual da Serra Furada

Características gerais

- Criado em 20 de junho de 1980 - Decreto Estadual nº 11.233. É uma Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral;
- Área: 1.344 (ha);
- Está localizado nos municípios de Grão Pará e Orleans;
- Comunidades próximas: Rio Minador, Brusque do Sul, Chapadão, Invernada e Serra Furada.

Contexto Institucional

A Fundação do Meio Ambiente (FATMA), no âmbito dos trabalhos do Projeto de Proteção da Mata Atlântica em Santa Catarina (PPMA/SC), vem elaborando, com recursos do KFW (Banco

Alemão) e do Governo do Estado, os planos de manejo das Unidades de Conservação Estaduais (UCs). Através da contratação da empresa Socioambiental Consultores Associados Ltda., iniciou-se a elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra

Conceitos importantes:

Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC Lei nº 9.985 / 2000)

Unidades de Conservação (UC's):

- espaço territorial + recursos naturais existentes;
- legalmente instituído pelo Poder Público (Decreto ou Lei);
- com objetivos de conservação e limites definidos; e
- regime especial de administração (Órgão ou instituição responsável pela gestão – neste caso a FATMA).

Grupo de Uso Sustentável (permite uso direto de recursos naturais):

- ✓ Área de Proteção Ambiental - APA;
- ✓ Reserva Extrativista - RESEX;
- ✓ Floresta Nacional - FLONA;
- ✓ Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN;
- ✓ Reserva de Fauna - RF;
- ✓ Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS.

Grupo de Proteção Integral (permite apenas uso indireto – educação ambiental, lazer e ecoturismo):

- ✓ Estação Ecológica - ESEC;
- ✓ Reserva Biológica - REBIO;
- ✓ Parques;
- ✓ Monumento Natural - MN;
- ✓ Refúgio da Vida Silvestre – RVS.

A categoria Parque tem como objetivo:

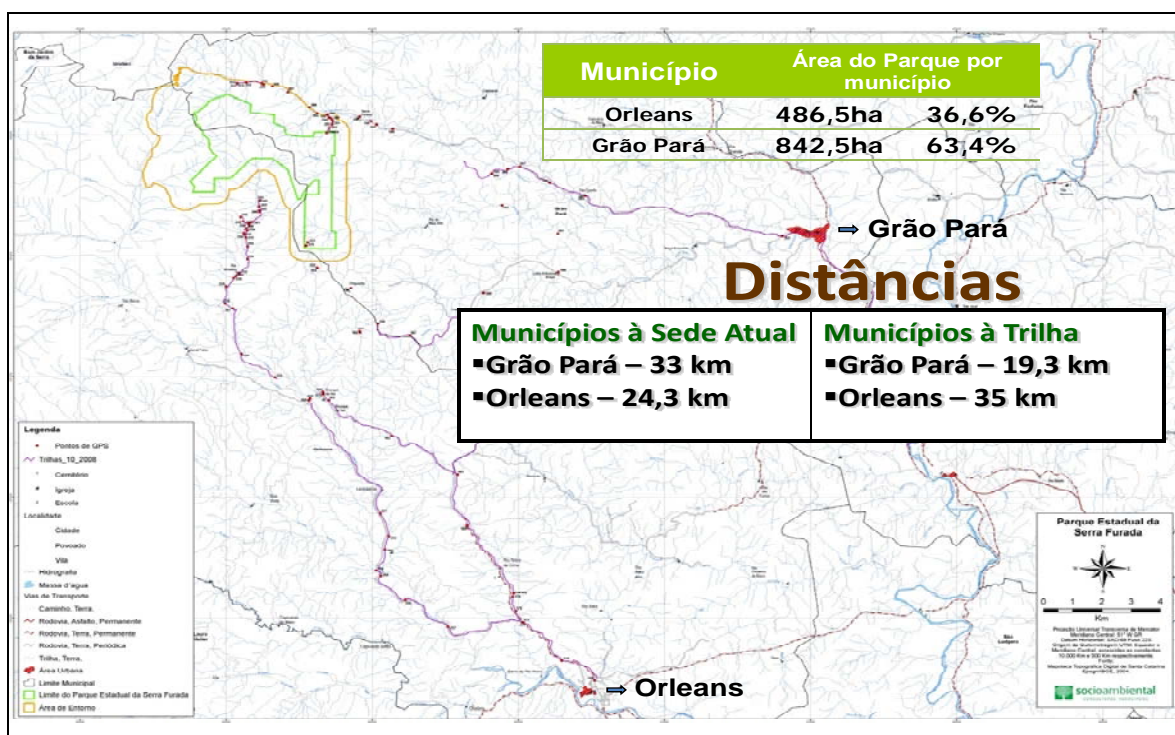
- preservação dos ecossistema;
- pesquisas científicas;
- educação ambiental;
- recreação em contato com a natureza; e
- turismo ecológico.

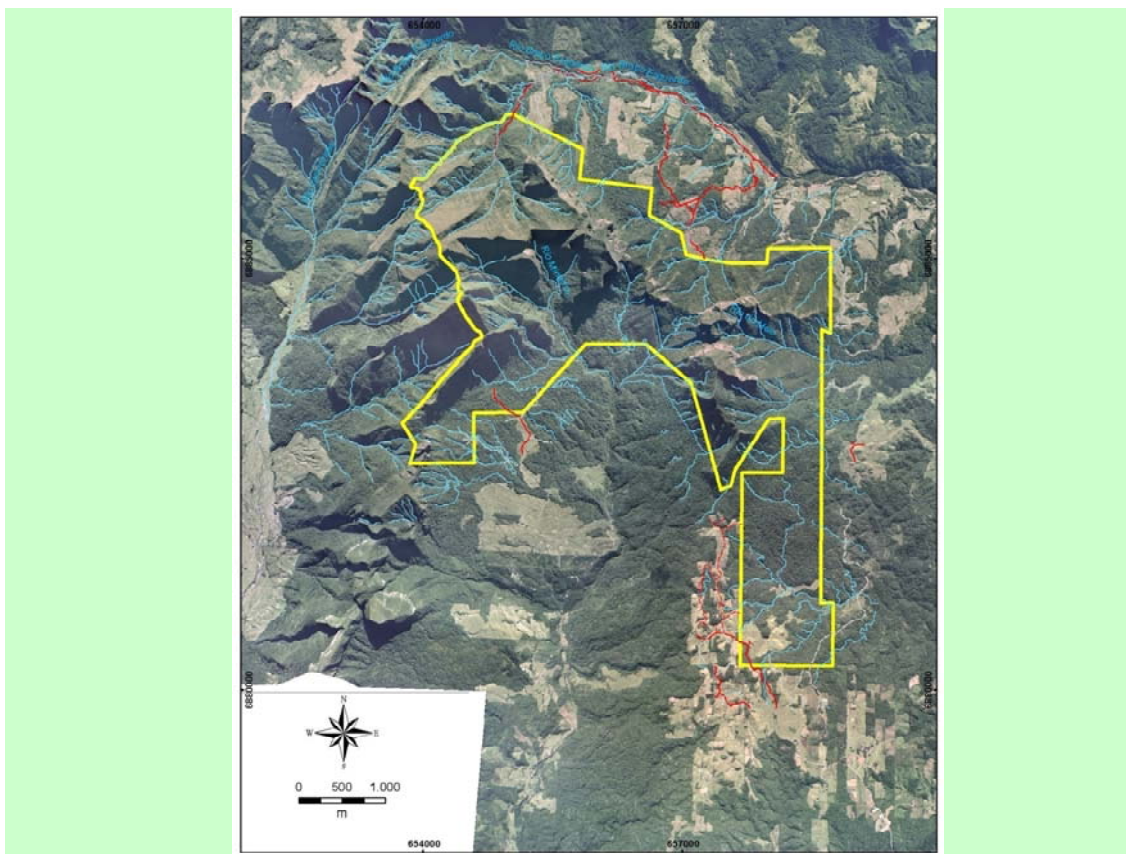
OBS: A visita pública está sujeita às normas e restrições e a pesquisa científica depende de autorização prévia.

Plano de Manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos da unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC.

Zona de Amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

- ✓ **Abrangência:** A área do Parque e sua Zona de Amortecimento (ZA).
- ✓ **Implementação:** 5 anos





Estudos em desenvolvimento

- Levantamento sócio-econômico da região; (OK)
- Caracterização do meio físico (Clima, Geologia, Pedologia, Hidrologia e Geomorfologia); (OK)
- Caracterização do meio biótico (Fauna e Flora)
- Avaliação Ecológica Rápida – AER; (OK)
- OPP – Oficina de Planejamento Participativo;
- Identificação de instituições com potencial de apoio à UC; (Parcial + OPP)
- Percepção sócio-ambiental da comunidade em relação à UC; (Parcial + OPP)
- Levantamento dos atrativos ecoturísticos da região; (OK)
- Nivelamento dos representantes do conselho consultivo;
- Finalização e fechamento do Plano, com base em todos os passos anteriores.

Meio Físico

Geologia e Geomorfologia

- Relevo escarpado nas áreas mais elevadas do parque;
- Vales encaixados evidenciados por forte dissecação fluvial;
- Formações geológicas Serra Geral e Botucatu.



Meio Biótico

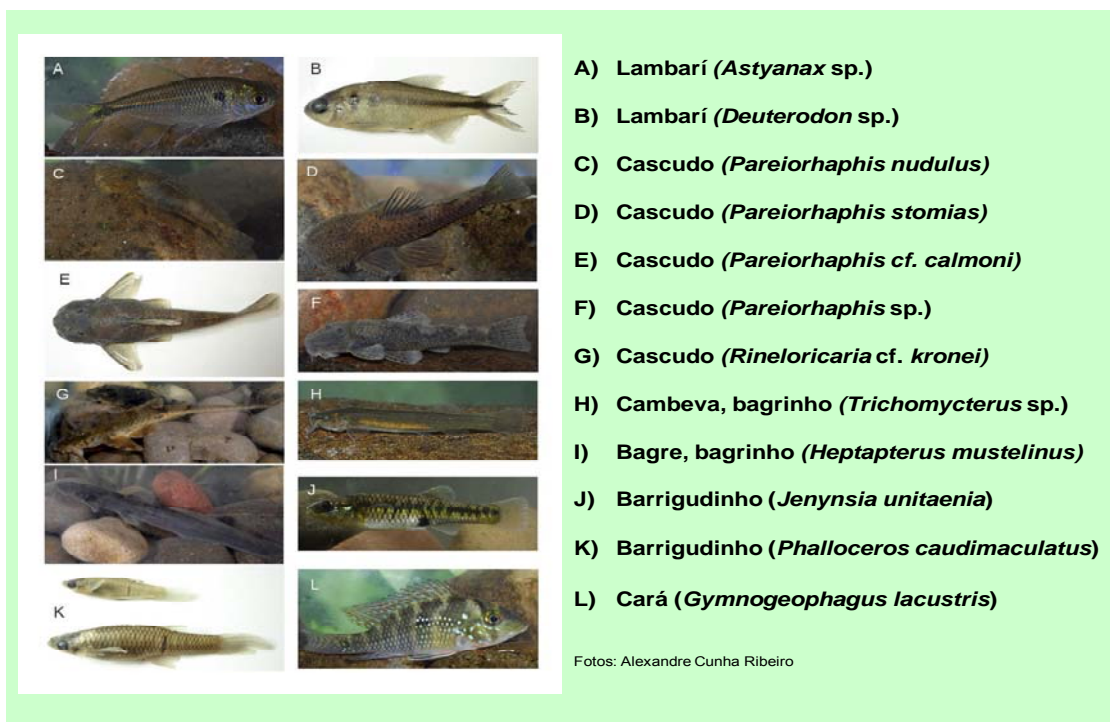
Fauna

✗ Peixes:

- Em pontos situados a jusante do Parque, existem impactos consideráveis decorrentes da agropecuária que geram impactos negativos sob a fauna de peixes.
- São exemplos de espécies com distribuição restrita a região sul: *Pareiorhaphis nudulus*, *Pareiorhaphis stomias*, *Pareiorhaphis cf. calmoni*, *Jenynsia unitaenia*, *Gymnogeophagus lacustris*.

Espécies encontradas:

Espécies	Nomes
<i>Astyanax</i> sp.	Lambarí
<i>Deuterodon</i> sp.	Lambarí
<i>Pareiorhaphis nudulus</i>	Cascudo
<i>Pareiorhaphis stomias</i>	Cascudo
<i>Pareiorhaphis cf. calmoni</i>	Cascudo
<i>Pareiorhaphis</i> sp.	Cascudo
<i>Rineloricaria cf. kronei</i>	Cascudo
<i>Trichomycterus</i> sp.	Cambeva, bagrinho
<i>Heptapterus mustelinus</i>	Bagre, bagrinho
<i>Jenynsia unitaenia</i>	Barrigudinho
<i>Phalloceros caudimaculatus</i>	Barrigudinho
<i>Gymnogeophagus lacustris</i>	Cará



Meio Biótico

• Répteis e Anfíbios:

- Na Floresta Atlântica tem sido registrado grande declínio da população de anfíbios, em função da Floresta Ombrófila Mista e Floresta Ombrófila Densa concentrarem um grande número de espécies de hábitos especializados e, portanto, sensíveis as alterações ambientais.

Répteis e Anfíbios - Espécies encontradas:

Répteis	Anfíbios
<i>Hydromedusa tectifera</i>	<i>Rhinella icterica</i>
<i>Enyalius iheringii</i>	<i>Hyalinobatrachium uranoscopum</i>
<i>Ophiodes fragilis</i>	<i>Proceratophrys boiei</i>
<i>Tupinambis merianae</i>	<i>Dendropsophus minutus</i>
<i>Chironius bicarinatus</i>	<i>Hypsiboas bischoffi</i>
<i>Liophis miliaris</i>	<i>Hypsiboas faber</i>
<i>Oxyrhopus clathratus</i>	<i>Hypsiboas marginatus</i>
<i>Sibynomorphus neuwiedi</i>	<i>Scinax fuscovarius</i>
<i>Spilotes pullatus</i>	<i>Hylodes meridionalis</i>
<i>Tomodon dorsatus</i>	<i>Physalaemus cuvieri</i>
<i>Xenodon neuwiedi</i>	<i>Physalaemus gracilis</i>
<i>Micrurus corallinus</i>	<i>Physalaemus nanus</i>
<i>Bothrops jararaca</i>	<i>Leptodactylus gracilis</i>
	<i>Leptodactylus</i> gr. <i>Marmoratus</i>
	<i>Leptodactylus ocellatus</i>
	<i>Elachistocleis bicolor</i>

Além das espécies encontradas listadas:

- há mais uma espécie de réptil indicada de provável ocorrência; e
- quatro espécies de anfíbios indicadas com provável ocorrência no Parque.



→ **Jararaca - *Bothrops jararaca***

Foto: Magno Vicente Segalla



→ **Rã-de-riacho - *Hylodes meridionalis***

Foto: Magno Vicente Segalla



→ **Rã-de-riacho - *Hypsiboas marginatus***

Foto: Magno Vicente Segalla

Espécies encontradas:

- **Mamíferos: foram encontradas rastros de 4 espécies de mamíferos no parque:**

- **Veado - virá**
- **Mão-pelada**
- **Graxaim**
- **Tatu galinha**

Espécie	Tipo de ocorrência
tatu-galinha	R
macaco-prego	D
bugio	E
paca	D
cutia	D
cateto	D
veado-poca	D
veado-virá	R
irara	D
quati	D
graxaim	R
jaguaririca	D
mão-pelada	R
leão-baio (puma)	E

Legenda: D – Distribuição / ambiente; E – Entrevista; R – Rastro.

• **Mamíferos:**

O Parque por ser “destacado” da encosta principal da Serra Geral, aumenta substancialmente a área de Floresta Ombrófila Densa, aumentando, portanto a área deste habitat na Serra Geral e principalmente disponibilizando este ambiente de forma preservada para as populações de espécies que também habitam o Parque de São Joaquim, vizinho ao PAESF.

Socioeconômica

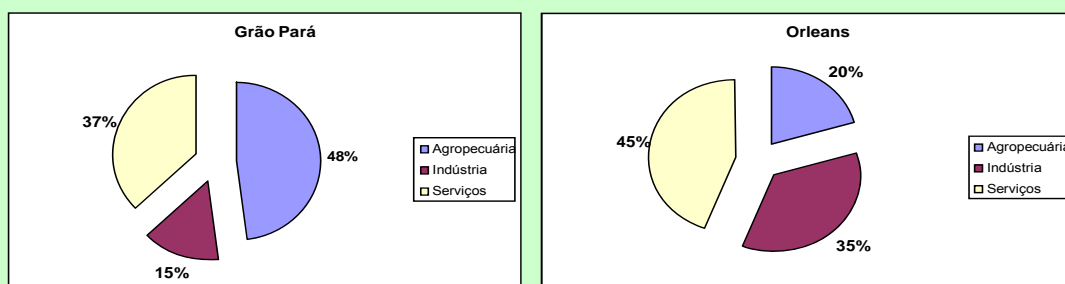
• Comunidades do entorno

- Remanescentes da imigração polonesa e alemã.
- A produção madeireira e pecuária aliadas à pequena produção familiar de subsistência.
- Este cenário encontra-se em progressiva desestruturação socioeconômica dando lugar à cultura do fumo, e mais recentemente a produção silvícola.

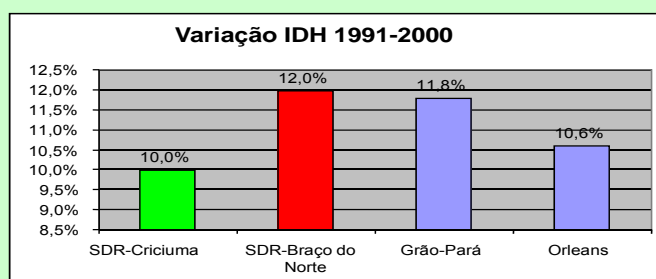
Socioeconomia

População	
Município	Contagem 2007
Orleans	18.495
Grão-Pará	5.387

Participação dos setores econômicos no Valor Adicionado Bruto - VAB (%), 2005.



Socioeconomia



Área de abrangência	IDHM, 1991	IDHM, 2000
Santa Catarina	0,748	0,822
SDR-Criciúma	0,737	0,811
SDR-Braço do Norte	0,730	0,818
Grão-Pará	0,739	0,826
Orleans	0,736	0,814

Fonte: IBGE, 2000.

4 EXPECTATIVAS PARA O PARQUE ESTADUAL DA SERRA FURADA

Deu-se início ao planejamento participativo com uma primeira reflexão abordando as percepções dos participantes em relação ao PAESF (Ver lista de participantes no **Anexo I** deste relatório).

4.1 Qual a importância do Parque para o contexto regional?

- Preservação da água.
- Refúgio para os animais.
- Biodiversidade – fauna e flora.
- Possibilidade de manutenção da floresta.
- Importância para a educação ambiental.
- Laboratório para pesquisas em diferentes áreas.
- Auxiliar na economia regional, pelo ecoturismo.
- Preservar valores da comunidade, com questões sociais, religiosas e culturais valorizadas.
- Possibilidade de associar a imagem regional ao meio ambiente e sua preservação.
- Existência de indícios antropológicos – indígenas, com oficinas líticas, pedras lançadas, etc.
- A Serra Furada é um ícone regional, associando a sua identidade.
- Respeito a beleza natural regional.
- Preservação de matrizes de madeira nobre, podendo ser base de pesquisas.

4.2 Qual a nossa visão de futuro em relação ao PAESF?

- Referência para visitação à natureza.
- Refúgio natural relevante.
- Centro de estudos nacional e internacional.
- Serviços ambientais disponibilizados sendo estudados.
- Gestão plena dos recursos do PAESF.
- Bandeira regional para o turismo no entorno.
- Fortalecimento do turismo regional, com oportunidades para emprego e renda, educação ambiental, caminhadas e estudos, atendendo a várias categorias – jovens, mais velhos, etc..
- Consciência coletiva de respeito à natureza.
- Diversificação de atividades e renda.
- Trilhas com foco na educação ambiental interpretativa
- Aumento da população no entorno de forma ordenada.
- Gestão do lixo feita de forma adequada.
- Capacidade de carga respeitada.

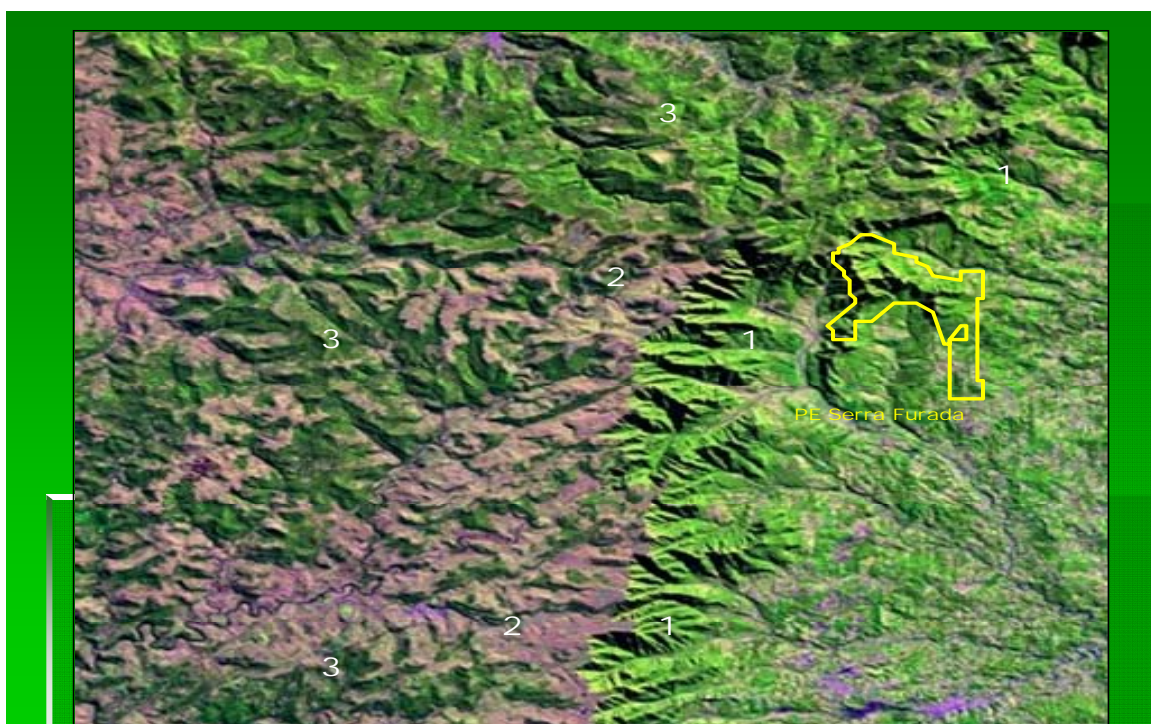
Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra Furada – Relatório Temático da OPP e Análise Estratégica

- Redução dos conflitos ambientais.
- Melhor capacitação da comunidade local para o ecoturismo.
- Melhoria das infraestruturas.
- PAESF implementado, com centro de visitantes operando.
- Controle das visitas, com autosustentabilidade.
- Integração turística regional.



5 FLORA E VEGETAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA FURADA

Em seguida foi apresentada uma síntese dos resultados preliminares dos estudos de flora e vegetação desenvolvidos no PAESF.



5.1 Floresta Tropical do Litoral e Encosta Centro Sul (KLEIN, 1978) ou Floresta Ombrófila Densa (IBGE, 2004)

Formações no Parque Estadual da Serra Furada:

1. Submontana entre 30 e 500 m acima do nível do mar;
2. Montana entre 500 e 1000 m acima do nível do mar (tipo de floresta predominante);
3. Alto-montana acima dos 1000 m acima do nível do mar (nos topos dos morros – “Matinha Nebular”);
4. Refúgios Vegetacionais: nos paredões rochosos verticais acima dos 900 m;

Usos do Solo no Entorno Imediato

- Pastagens para criação de gado bovino;
- Silvicultura (=Reflorestamentos) de *Pinus* e *Eucalyptus*;
Cultivos Agrícolas Anuais



5.2 Avaliação Ecológica Rápida – AER

- 12 Pontos Amostrais selecionados - Áreas internas do PAESF;

- Entorno imediato (+/- 1 km do limite);
- Representatividade da vegetação (formações e estágios sucessionais);
- Diferenças altitudinais;
- Diferentes tipos de uso do solo;
- Metodologia de Avaliação com uso de Espécies Bioindicadoras em 5 Níveis de Integridade:

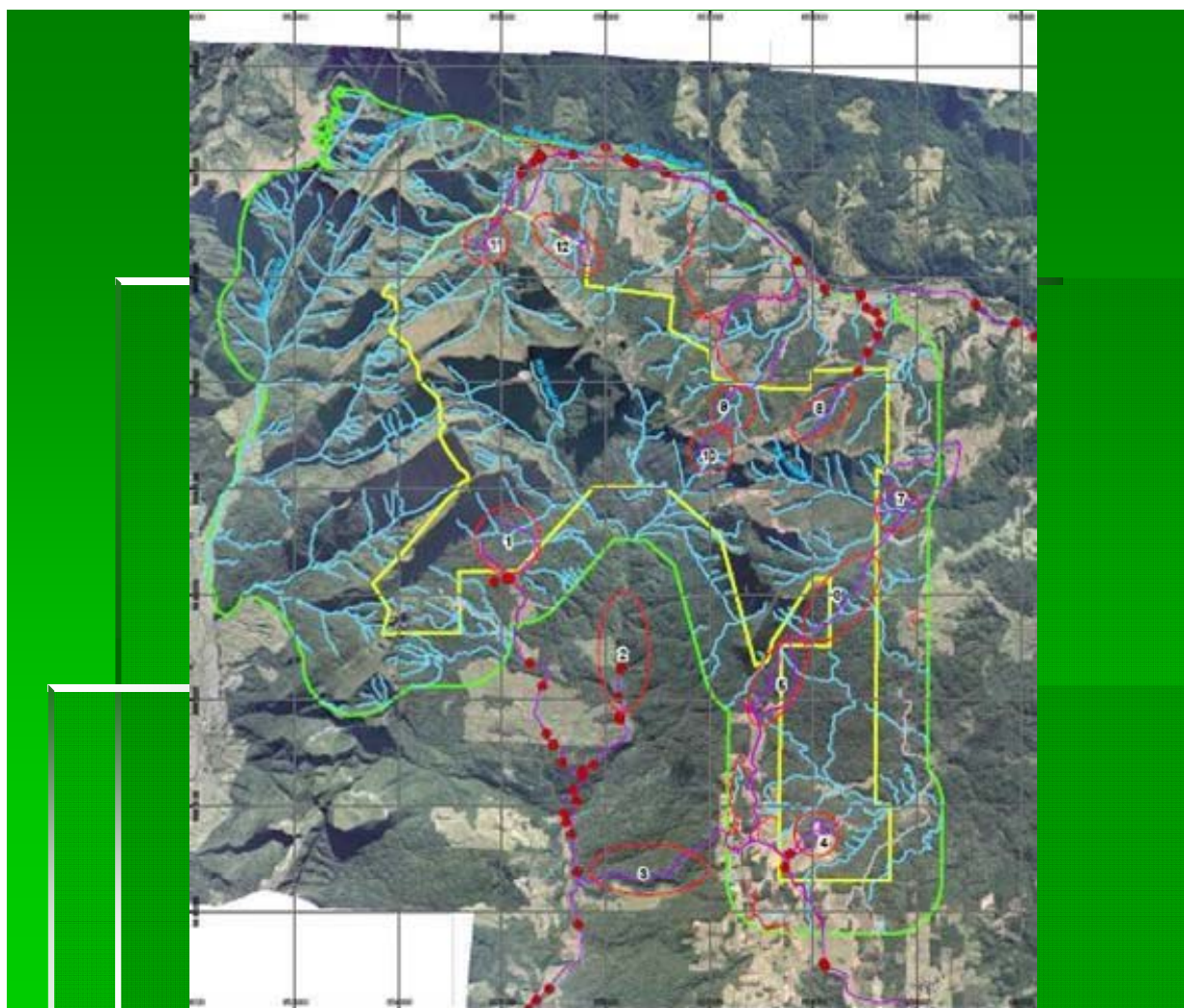
Nível 5 – Vegetação Primária

Nível 4 – Vegetação Secundária em Estágio Avançado

Nível 3 – Vegetação Secundária em Estágio Médio

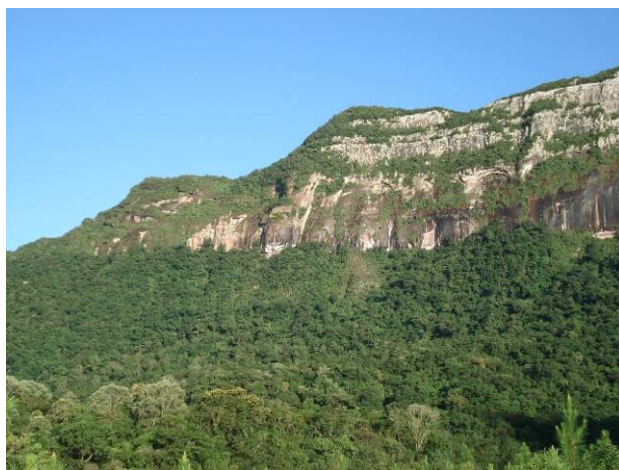
Nível 2 – Vegetação Secundária em Estágio Inicial

Nível 1 – Áreas Antropizadas



5.3 Aspectos Florístico-Vegetacionais Relevantes do Parque Estadual Serra Furada

1. Ocorrência de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção conforme Instrução Normativa n. 002/2008 do MMA:
 - canela-preta *Ocotea catharinensis* (LAURACEAE);
 - sassafrás *Ocotea odorifera* (LAURACEAE);
 - palmitreiro-jussara *Euterpe edulis* (ARECACEAE);
 - xaxim-bugio *Dicksonia sellowiana* (DICKSONIACEAE);
2. Ocorrência de Espécies Raras ou Ameaçadas de Extinção do Estado de Santa Catarina conforme KLEIN (1990;1996;1997):
 - begônia de Saint'Hilaire *Begonia hillariana* (BEGONIACEAE);
 - araçazeiro *Psidium longipetiolatum* (MYRTACEAE);
 - urtigão-da-serra *Gunnera manicata* (GUNNERACEAE);
3. Corredor Florestal Atlântico Norte-Sul (Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica)
4. Complexo Vegetacional de Altitude (Refúgios Vegetacionais, Matinha Nebular e proximidade com Campos e Florestas de Araucária do Planalto)

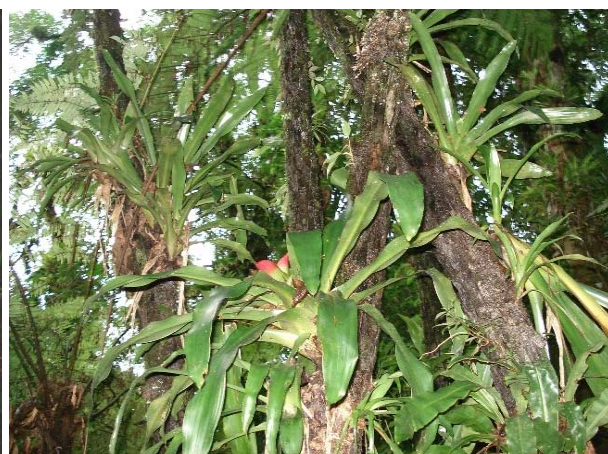


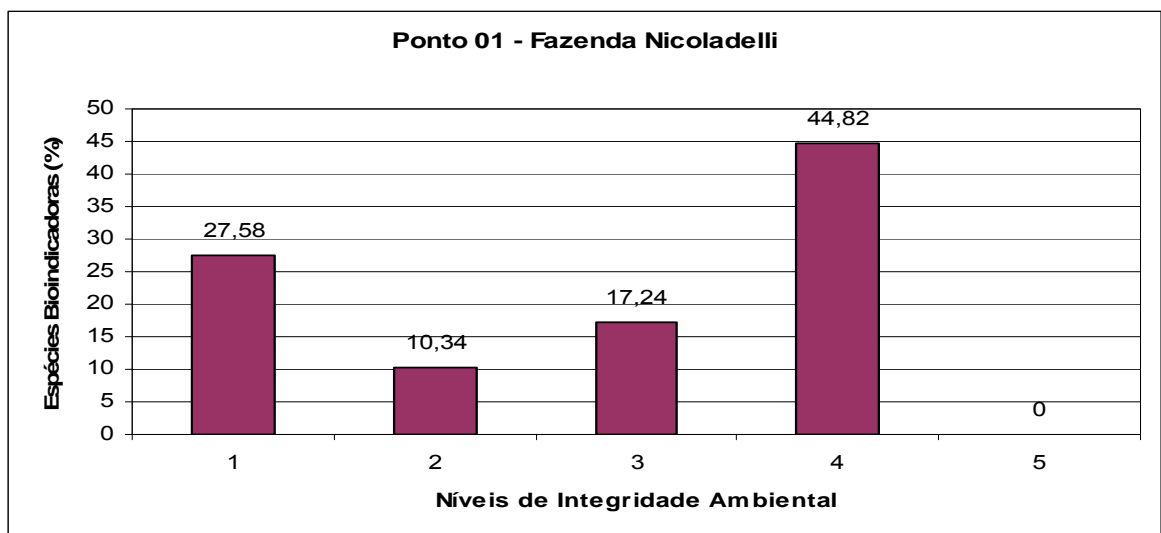


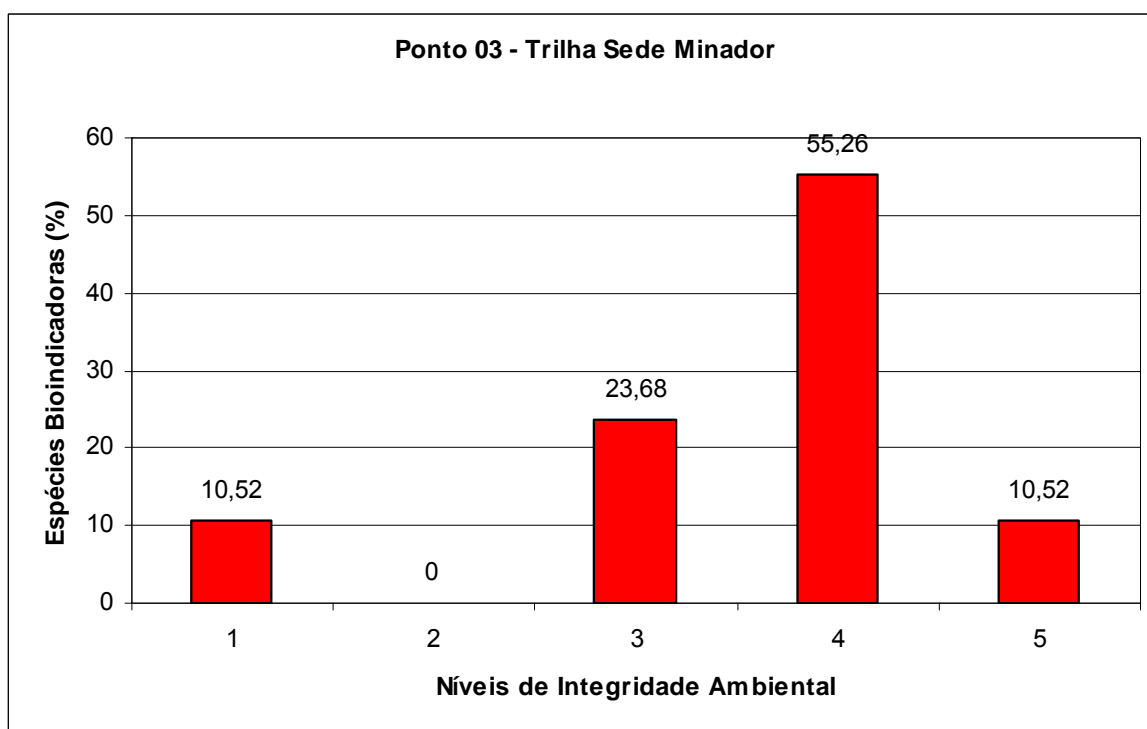
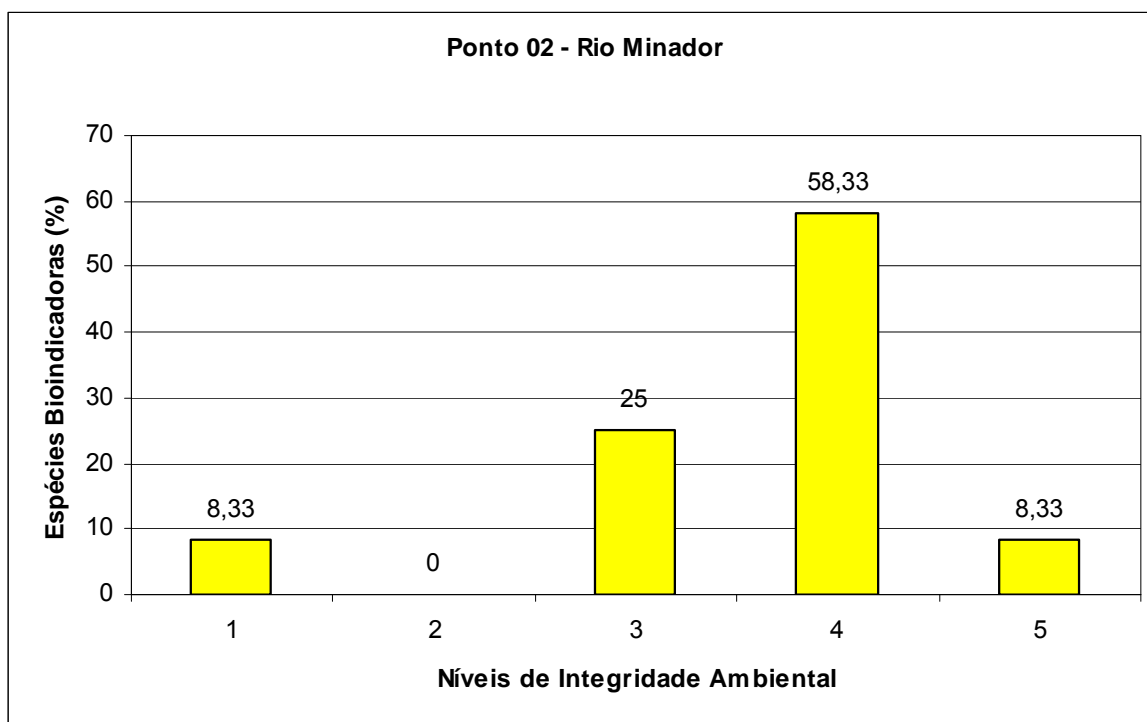


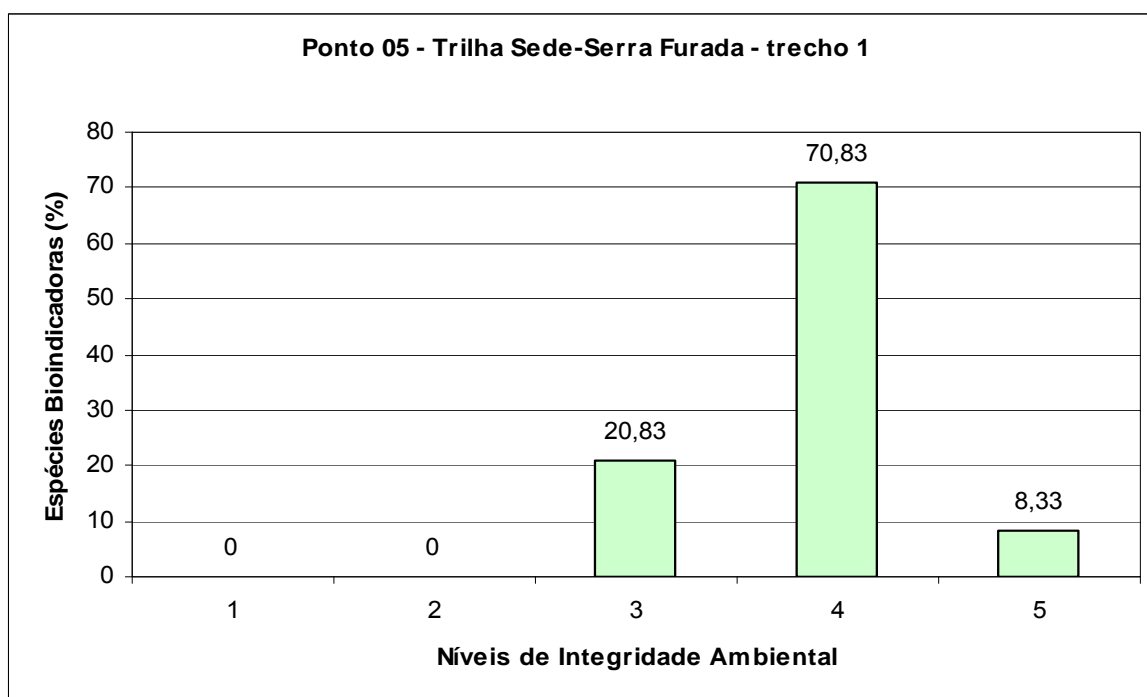
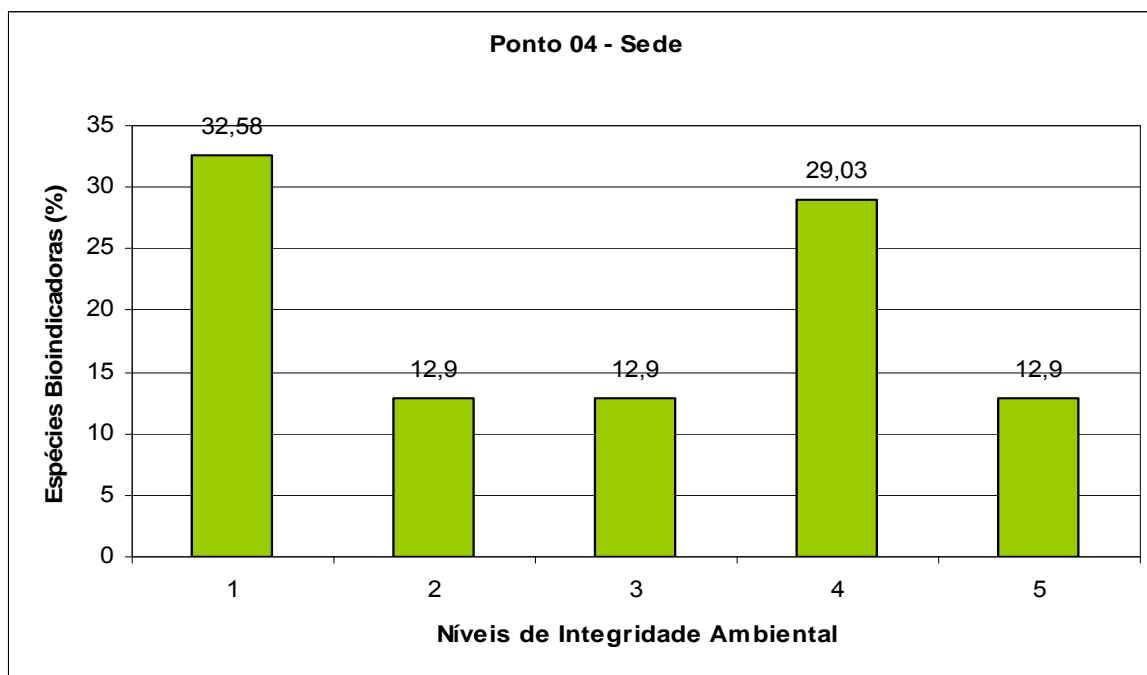


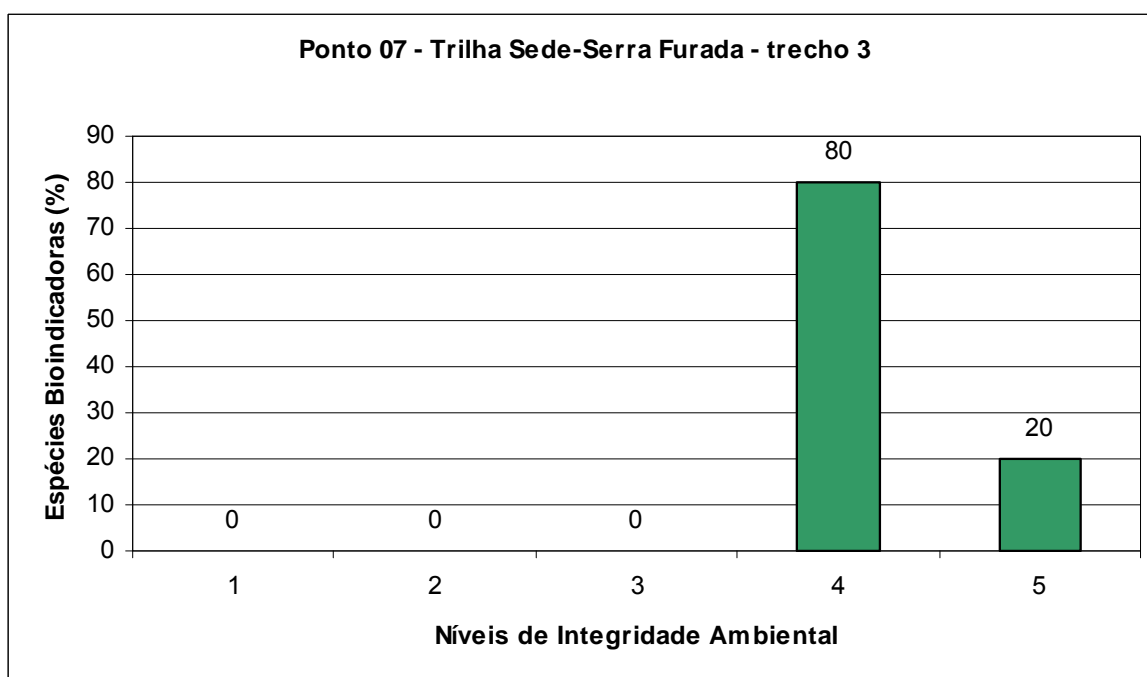
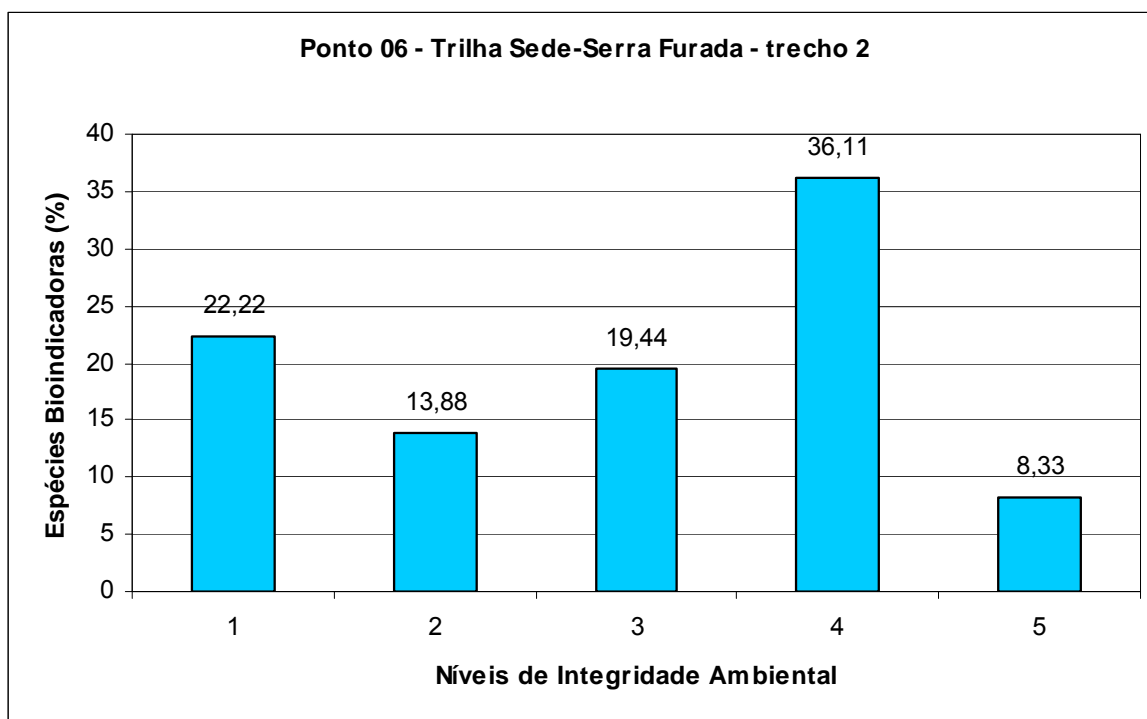


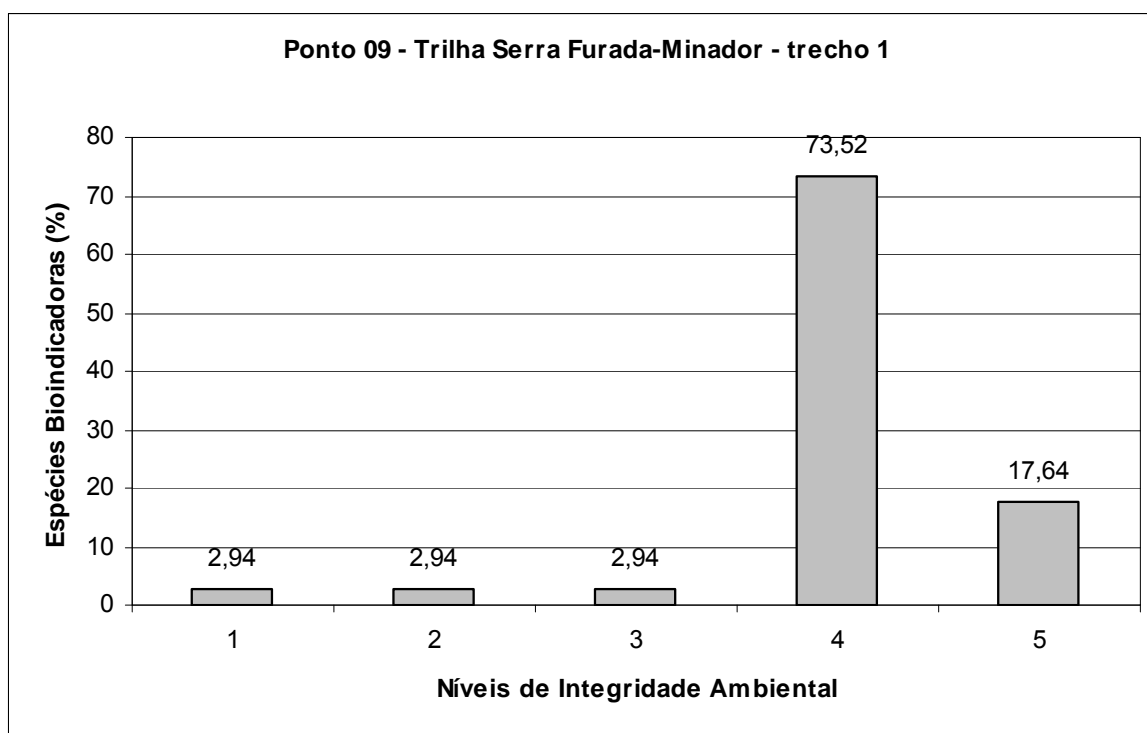
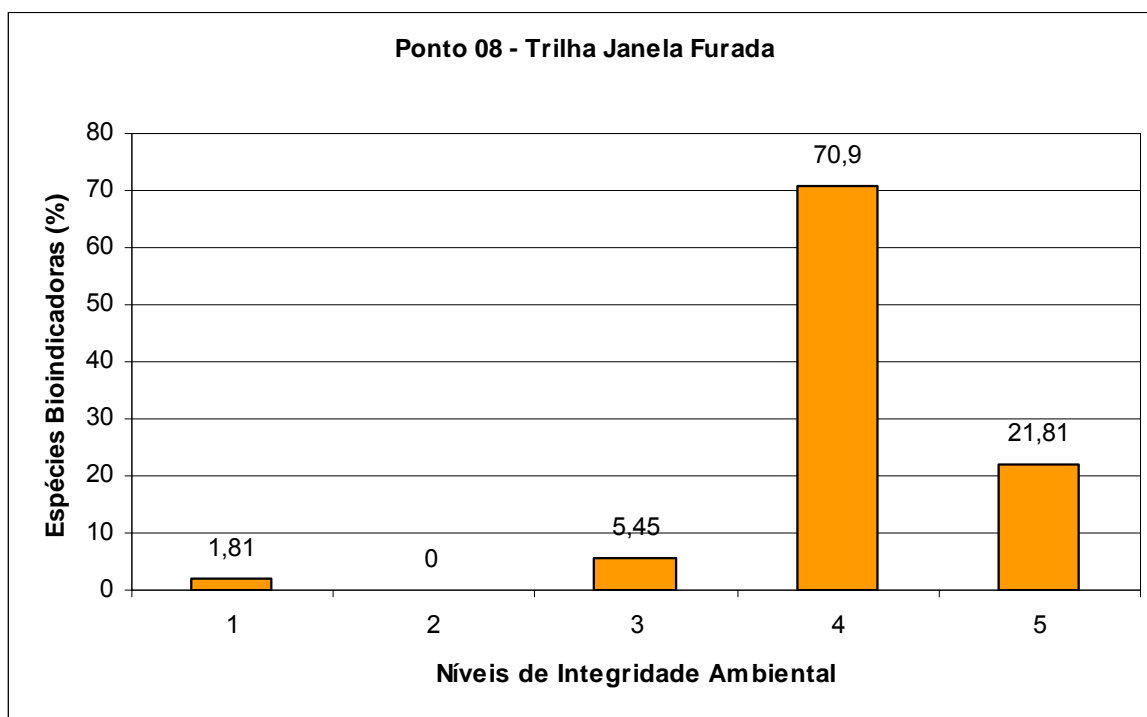


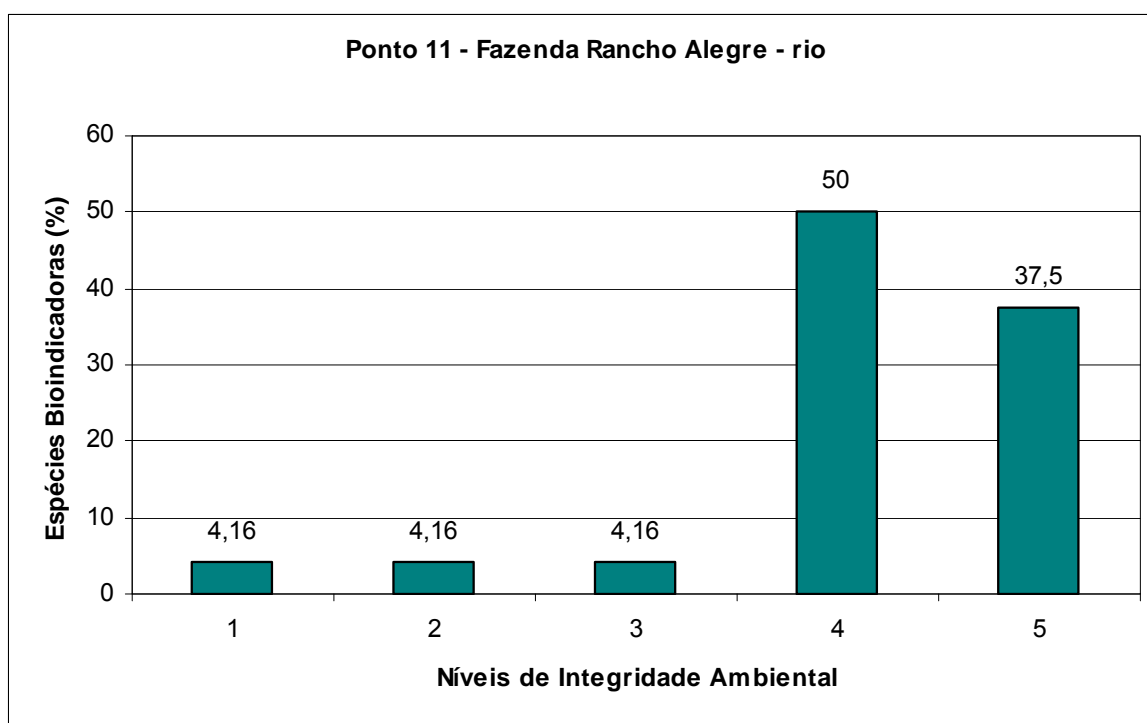
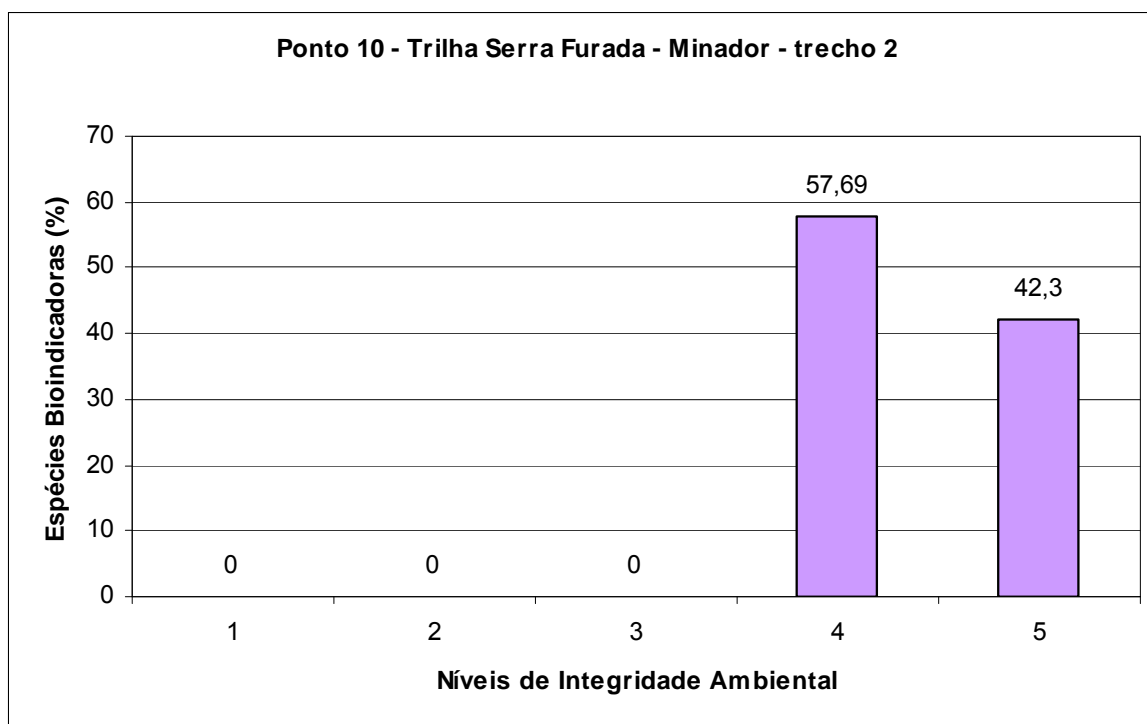


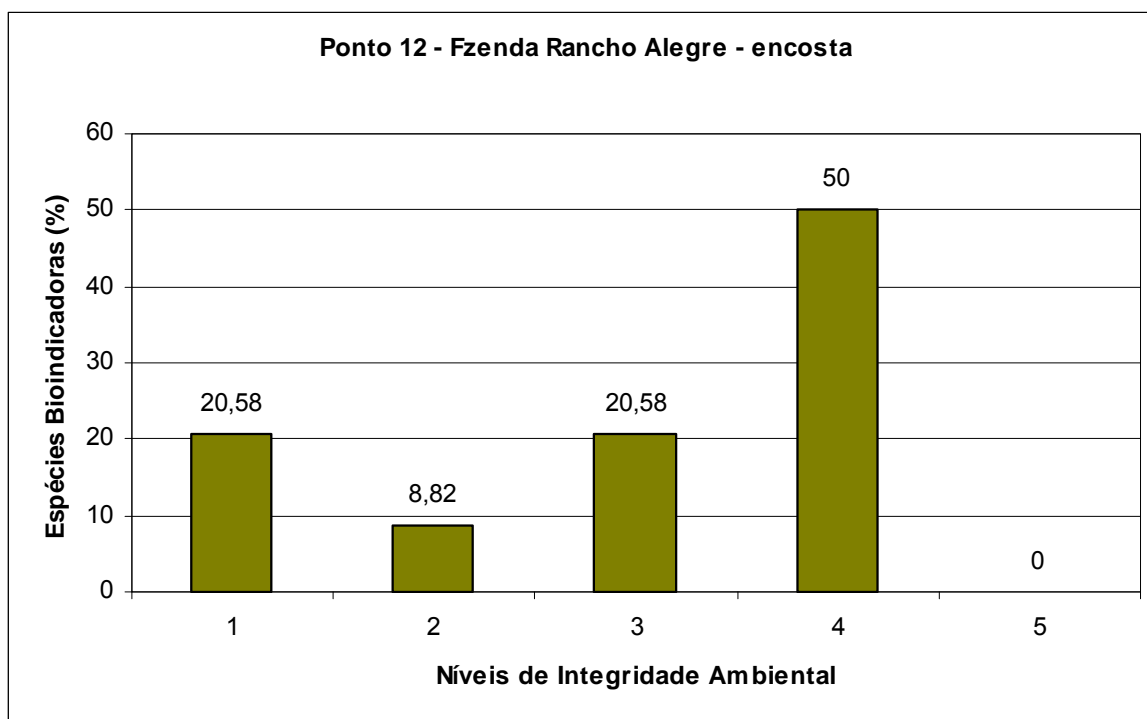












5.4 Principais Resultados

- Predominância expressiva de espécies bioindicadoras do estágio avançado de regeneração da Floresta Ombrófila Densa: indica histórico de exploração florestal, potencial regenerativo da vegetação e proporção atual de áreas florestais;
- Presença de espécies bioindicadoras de vegetação primária: indica integridade ambiental florestal, potencial regenerativo e áreas relictuais intactas (p.ex. Refúgio Vegetacional e Matinha Nebular);
- Presença de espécies bioindicadoras de vegetação secundária em estágio inicial e médio de regeneração: indica regeneração florestal recente e pressões atuais de uso do solo;
- Presença de espécies bioindicadoras de áreas antropizadas: indica uso do solo e alterações ecológicas decorrentes (p.ex. espécies exóticas invasoras);
- Presença de espécies raras e ameaçadas de extinção de relevância para o Bioma Mata Atlântica;
- Significativa contiguidade florestal entre áreas internas e externas ao PAESF (corredor ecológico florestal e fluxo gênico entre espécies da Flora e Fauna);
- Expansão da silvicultura de *Pinus* e *Eucalyptus* sobre áreas de pastagem.

6 LEVANTAMENTO DO POTENCIAL ECOTURÍSTICO DO PARQUE

Finalizando os relatos, foram apresentados os resultados do estudo do potencial ecoturístico do PAESF e do seu entorno.



6.1 Atividades de turismo de aventura

- *Aqua ride / Bóia Cross*
- *Arvorismo*
- *Balonismo*
- *Bungee jump*
- *Canoagem*
- *Canionismo*
- *Cachoeirismo*
- *Cavalgada*
- *Cicloturismo*
- *Escalada*
- *Paraquedismo*
- *Rafting*
- *Rapel*
- *Tirolesa*
- *Caminhada de longo curso*
- *Caminhada*
- *Vôo Livre*
- *Wind surf*
- *Kite su*
- *rf*
- *Espeleoturismo*
- *Flutuação*
- *Mergulho*
- *Observação da vida silvestre*
- *Turismo fora de estrada*

6.2 O que está sendo feito?

- **Normalização – ABNT**

Feita pela sociedade, 33 normas técnicas entre publicadas ou em elaboração;

- **Associativismo**

Formação de comissões e fortalecimento de associações locais;

- **Qualificação**

ABETA e outras iniciativas;

- **Certificação**

Inmetro – gestor do processo e Certificadores;

- **GVBS**

Defesa civil, Comunidades locais, UC's, ABETA;

6.3 Parque Estadual da Serra Furada - Oportunidades & Desafios

- *Localização vs Demanda;*
- *Potencial Turístico vs Equipamentos Apoio;*
- *Singularidade Atrativo vs Organização Segmento;*
- *UP Integrado PARNA SJ - PAESF vs Estruturação UCs;*
- *Consolidação de PPP vs Sustentabilidade Financeira.*

6.4 Parque Estadual da Serra Furada - Cenário Atual

Potencialidades – principal atributo é o cênico-paisagístico, histórico-culturais;

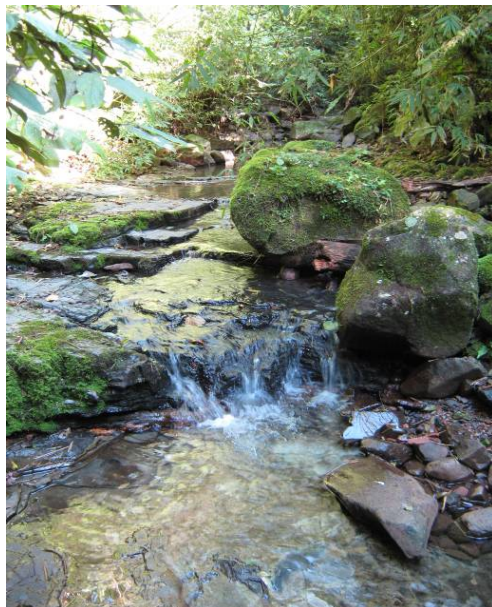
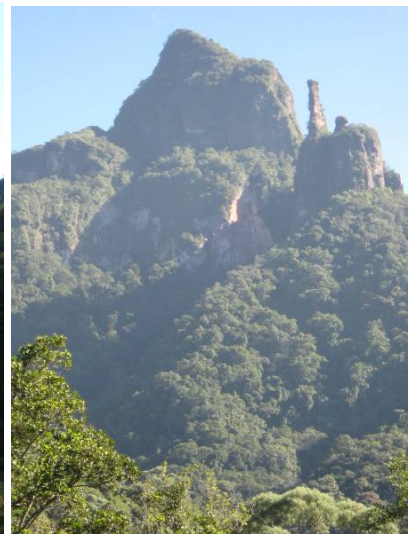
Atividades – caminhada de longo curso, escalada e montanhismo, cavalgada e cicloturismo;

Demanda e Uso – local, desorganizada e desqualificada;

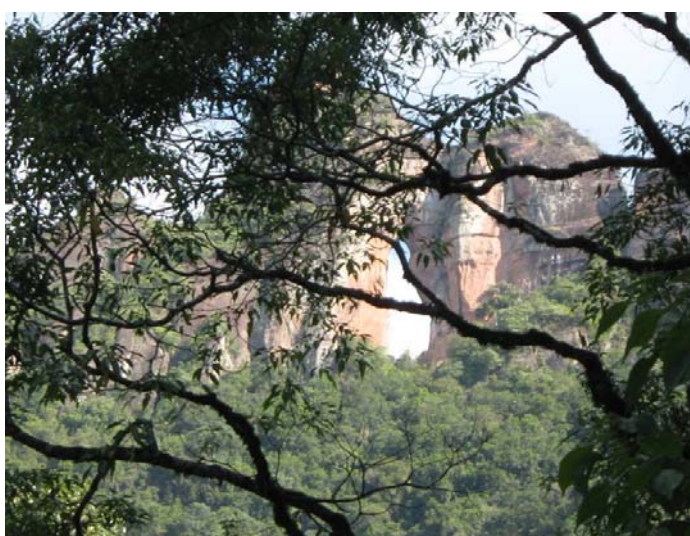
Conflitos – caça, vandalismo e reflorestamentos.

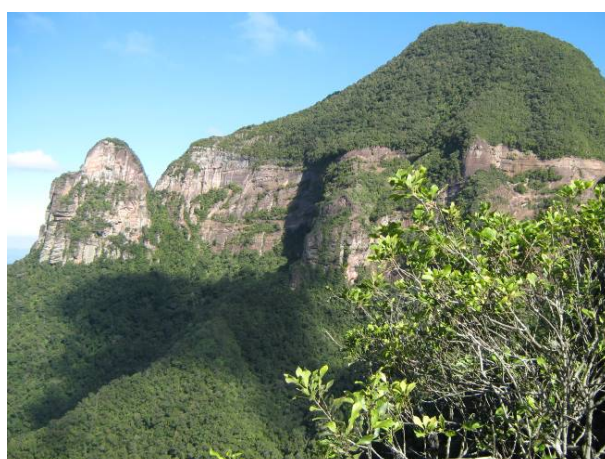
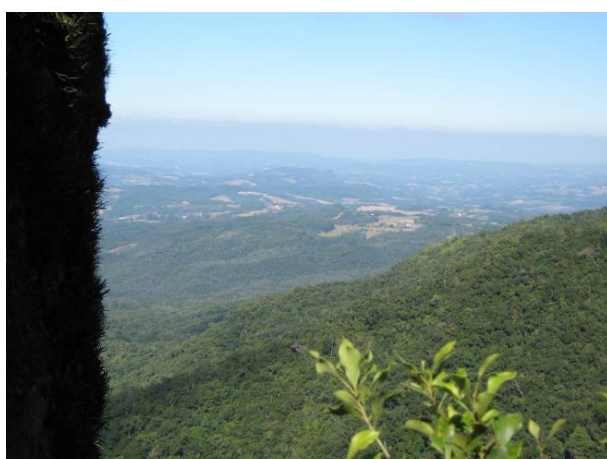
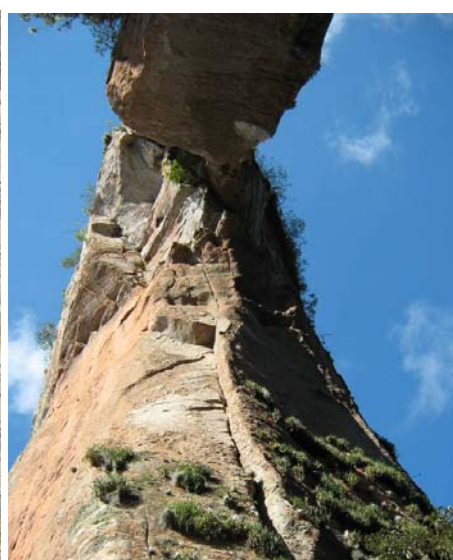
6.5 Parque Estadual da Serra Furada - Atrativos

a) Trilhas: Sede p/ Serra Furada



b) Serra Furada







c) Vale do Minador



6.6 Atrativos no Entorno

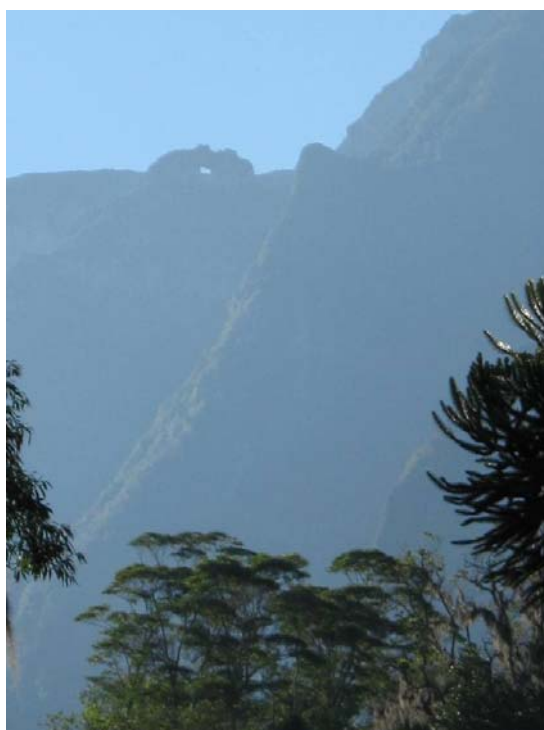
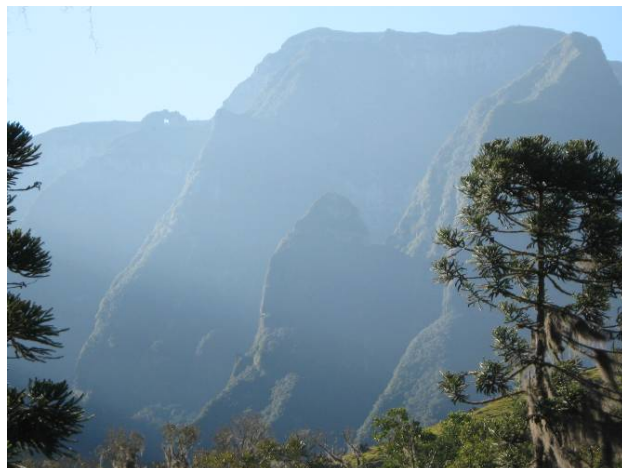
d) Museu ao Ar Livre



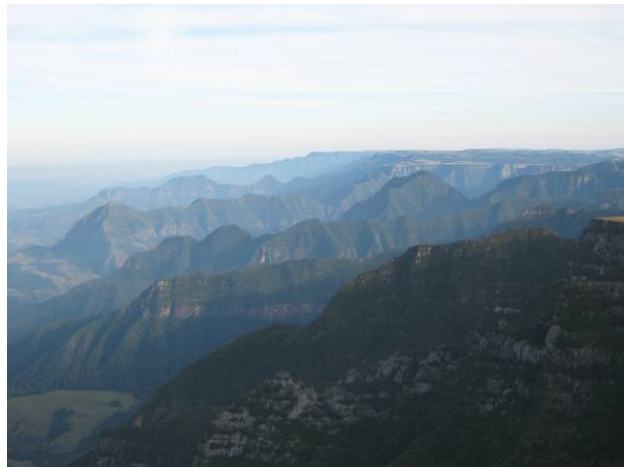
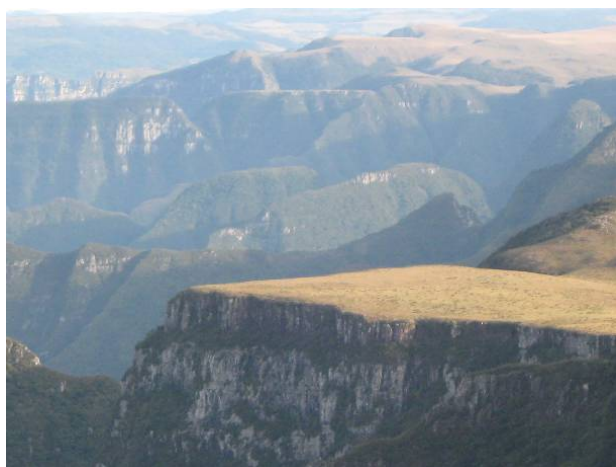
e) Paredão do Zeca Diabo



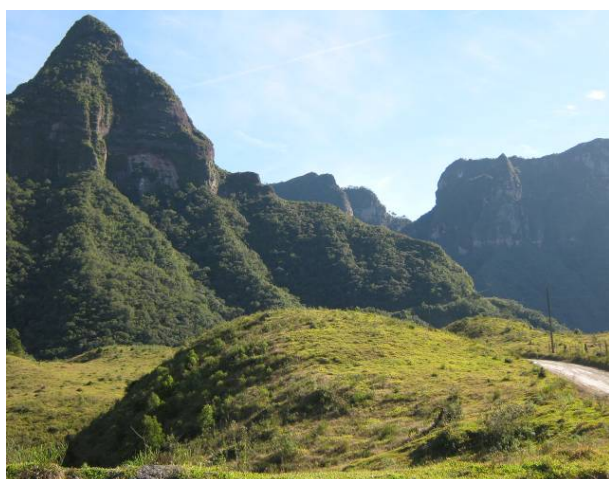
f) Vale das Três Barras (PARNA SJ: Trilha Tropeiros Imaruí – Pedra da Janela Furada)



g) PARNA SJ (Morro da Igreja – Pedra Furada – Cachoeira Vêu de Noiva)



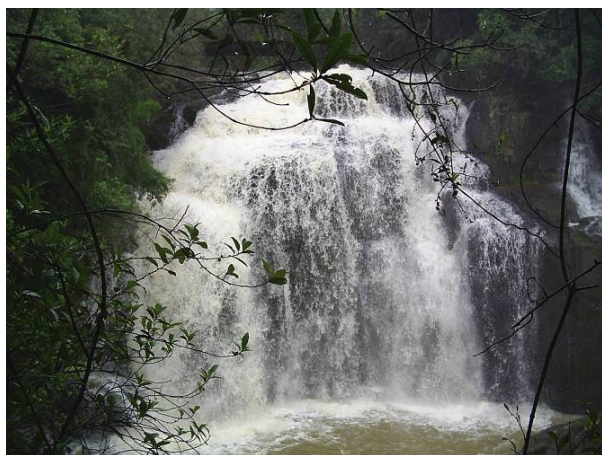
h) Serra do Corvo Branco



i) Atrativos de Grão Pará

- Pousada Tia Nida;
- Engenho Pedro Kuhnen;
- Rancho Amigo das Tradições;
- Rio do Túnel – Pousada Rio do Túnel;
- Cachoeira Capivaras do Meio – 64m
- Cachoeira de Aiuerê;
- Cachoeira Sr. Alvadir Salvador - 44m;
- Cachoeira Sr. Geraldo Orben – Cap. Meio;
- Caverna Sr. Laércio Oening Meurer - Ilha Grande;
- Ruínas Sede Casa da Cia. Colonização Grão-Pará.





7 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DO PARQUE

A segunda etapa do planejamento participativo foi desenvolvida, inicialmente, em pequenos grupos de trabalho, estruturando a análise da situação atual. Neste trabalho foram identificados os seus pontos fortes e fracos, bem como, as suas oportunidades e ameaças. Ao final, os pontos identificados foram apresentados em plenária para complementações segundo o entendimento e consenso do grupo.

7.1 Análise dos Pontos Fortes

Quais são os principais pontos fortes do PAESF?

Aspectos relevantes	Por quê?
Beleza cênica da Serra Furada.	Monumento geológico singular.
Biodiversidade – flora preservada.	Laboratório de pesquisa. Existência de espécie rara endêmica (bromélia).
Cachoeira da Pedra Branca.	Lazer.
Nascentes preservadas.	Abastecimento de água.
Recarga do arenito Botucatu.	Captação de água do PAESF.
Comunidade organizada (Apolisca).	Cultura preservada.
Paisagem preservada.	Ecoturismo.
Situação fundiária resolvida.	Não há conflitos.
Acesso facilitado.	Há muitos caminhos para se chegar ao PAESF.



7.2 Análise dos Pontos Fracos

Quais são os principais pontos fracos do PAESF?

Aspectos relevantes	Por quê?
Área de reflorestamento em volta.	Afeta a paisagem ao redor do PAESF e contamina o seu interior.
Estradas de acesso.	Estradas ruins dificultam a visitação.
Falta de sinalização.	Dificulta o acesso e visitação no PAESF.
Falta de divulgação.	Falta de conhecimento e entendimento.
Área pequena.	Diminui os atrativos naturais – biodiversidade.
Falta de envolvimento das comunidades.	Pouca participação e conhecimento.
Falta de infraestrutura – centro de visitantes, sanitários, saneamento básico.	Apoio indispensável ao visitante.
Caçadores e venda de animais.	Ameaça a fauna.
Vandalismo.	Descaracterização dos atrativos.
Falta sinergia com Urubici.	Pouca integração com o Parque Nacional de São Joaquim.



7.3 Análise das Oportunidades

Quais são as principais oportunidades para o PAESF?

Aspectos relevantes	Por quê?
Parcerias público-privada.	Garantia de implantação e manutenção.
Pesquisas científicas.	Garantia de biodiversidade. Existência de universidades na região.
Ecoturismo e agroturismo.	Oportunidades de geração de renda e agregação de valores.
Captação de recursos.	Infraestrutura – estradas, sinalização, ... Educação ambiental – viveiro de mudas, compostagem.
Melhoria da qualidade de vida.	Renda, resgate cultural, troca de informações, busca de sustentabilidade.
Integração regional.	Oportunizar parcerias para o turismo e meio ambiente.
Uso do logo do PAESF.	Identificação de origem ligada com a preservação.
Capacitação permanente.	Cursos para comunidade – gastronomia, artesanato, organização da propriedade, etc.
Proximidade com o Parque Nacional de São Joaquim.	Formar corredor ecológico.
Averbação de Reserva Legal.	Ampliar área de preservação.
Trilha Serra do Imaruí / Janela Furada / Corvo Branco.	Ecoturismo associado. Pousada Rio Túnel / Tia Nilda. Museu padre Vitório Pozzo – Rio Pinheiros.
Museu ao Ar Livre e Paredão Zeca Diabo.	

7.4 Análise das Ameaças

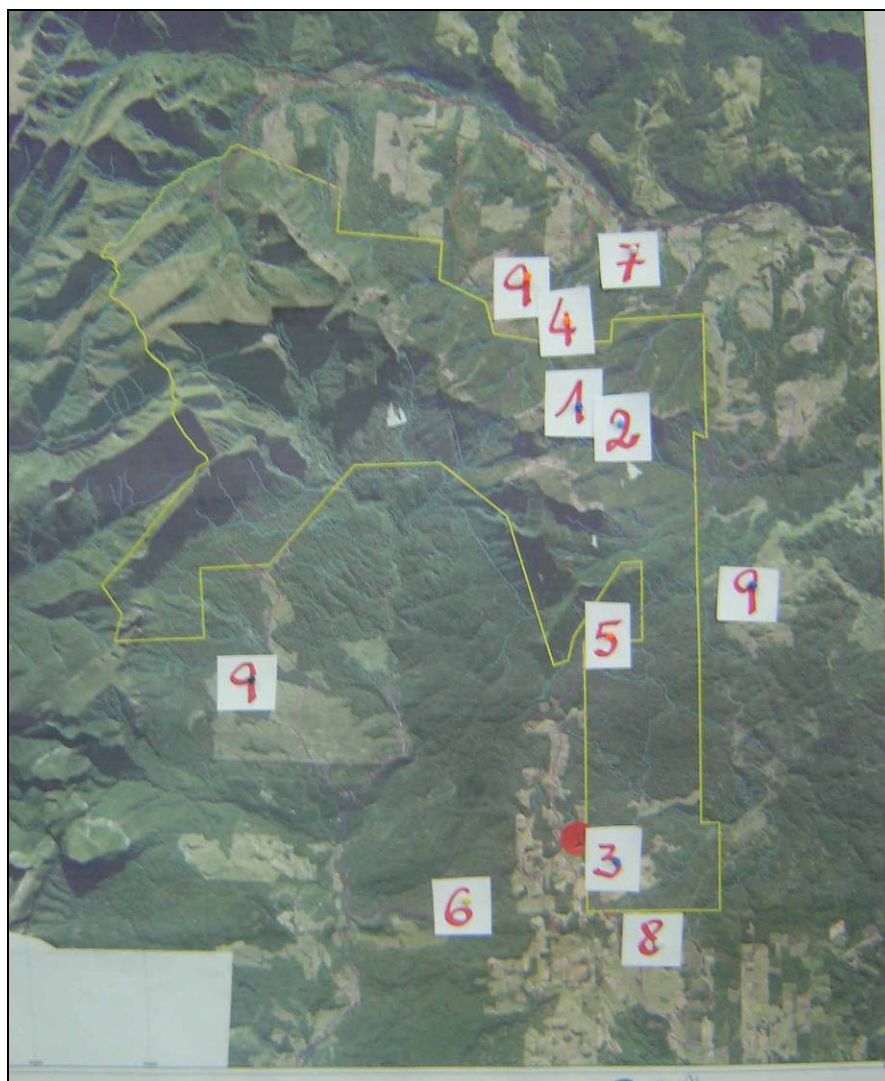
Quais são as principais ameaças ao PAESF?

Aspectos relevantes	Por quê?
Não ter uma gestão efetiva.	Colocação de um técnico para administrar. Consolidação do Conselho Consultivo. Construção da sede. Controle do fluxo de pessoas. Inovação no modelo de gestão.
Localização da sede.	O maior acesso é por Grão Pará. Deve ter duas bases: Orleans e Grão Pará. Deve-se controlar os dois acessos.
Restrição de recursos financeiros.	Não há orçamento para o PAESF. Falta dinheiro para as pequenas coisas, como equipar, acompanhar visitantes, manutenção, etc. Não há orçamento claro. Pouca vontade política.
Dificuldades legais e burocráticas.	Retardo de processos de gestão. Dificuldade para a concessão de serviços.
Imobilismo da sociedade.	Falta de cobrança ao Estado.



8 ESPACIALIZAÇÃO DE ALGUMAS AÇÕES ESPECÍFICAS

Ao final foram espacializadas algumas das ações propostas. As demais, por serem dispersas ao longo da zona de amortecimento / entorno, não foram indicados os focos de ocorrência.



Legenda:

1. Pedra da Serra Furada.
2. Cachoeira próxima à Serra Furada.
3. Casa prevista para a sede.
4. Entrada Comunidade Serra Furada.
5. Foco de caça.
6. Infraestrutura – necessidade de melhoria da estrada.
7. Microbacias.
8. Apolsca.
9. Áreas com reflorestamento.

9 PLANO DE AÇÕES

As propostas foram trabalhadas em dois pequenos grupos, organizadas em fatores endógenos: pontos fortes e fracos e fatores exógenos: ameaças e oportunidades. Cada ação foi detalhada em “O que fazer?”, observando a sua relevância para o PAESF.

9.1 Pontos Fortes – Propostas de Ações

O que deve ser feito para “fortalecer” os pontos fortes identificados?

Qualificar espaços para lazer.

- Implantar sistema de trilhas interpretativas que atenda diversos públicos.
- Fazer o levantamento das cachoeiras existentes.
- Identificar os potenciais locais para esporte de aventura no entorno da UC.
- Garantir a acessibilidade em alguns pontos de uso público do PAESF.
- Construir mirantes.
- Implantar centro de visitantes na comunidade de Serra Furada, em Grão Pará, que tenha espaço para exposições de fotos e exibição de filmes, banheiros e que seja pequeno.
- Identificar sítios arqueológicos existentes na UC.

Fortalecer a biodiversidade local

- Reconhecer a biodiversidade.
- Mapear áreas de interesse no entorno que sejam prioritárias à conservação.
- Fomentar a pesquisa.
- Articular linhas de pesquisa com Universidades.
- Organizar alojamento para pesquisadores na casa existente (Orleans).

Aprimorar a beleza cênica do PAESF

- Identificar os proprietários dos reflorestamentos da zona de amortecimento.
- Articular para que as propriedades na zona de amortecimento possam se transformar em áreas para reserva legal de outras propriedades.
- Implantar gestão de resíduos na área da UC, em especial, em suas trilhas.

9.2 Pontos Fracos – Propostas de Ações

O que deve ser feito para eliminar os pontos fracos identificados?

Melhoria dos acessos

- Articular ações com as prefeituras de Orleans e Grão Pará.
- Sinalizar o PAESF com colocação de placas no seu entorno – acessos São Camilo e Capivaras; BR101 e SC438.

Melhorar a divulgação do PAESF

- Ministras palestras nas escolas e comunidades para abordar o PAESF.
- Estruturar site do PAESF.
- Elaborar material educativo e informativo.
- Promover reuniões de integração entre os dois parques – PARNA São Joaquim e PAESF.
- Incluir o PAESF no circuito do turismo regional.
- Articular ações conjuntas com as Secretarias de Turismo dos municípios.

Ampliar o envolvimento da comunidade na gestão do PAESF

- Desenvolver plano de capacitação.
- Formar condutores locais.
- Incentivar a elaboração e venda de produtos locais.
- Incentivar a participação da comunidade no Conselho Consultivo.
- Articular com o grupo de mulheres de artesanato de Grão Pará.
- Envolver a comunidade no processo de elaboração do plano de manejo.
- Realizar reuniões na comunidade antes da finalização do plano de manejo.

Combater caçadores e a venda de animais silvestres.

- Fortalecer as ações de educação ambiental no entorno do PAESF.
- Fortalecer a fiscalização nas entradas do PAESF.
- Articular com a Polícia Federal para estratégia de coibição.

Reduzir o vandalismo no PAESF

- Fortalecer a educação ambiental dos turistas e moradores.
- Controlar os acessos e ampliar a fiscalização sobre os turistas.
- Avaliar a possibilidade de limpar as pichações na pedra da Serra Furada.

Controlar os reflorestamentos próximos à UC.

- Estruturar o zoneamento da zona de amortecimento.
- Desenvolver articulação com os proprietários lindeiros ao PAESF.



9.3 Ameaças – Propostas de Ações

O que deve ser feito para minimizar as ameaças identificadas?

Organizar gestão efetiva para o PAESF

- Fortalecer o Conselho Consultivo.
- Alocar pessoal dos municípios como forma de parceria.
- Alocação de pessoal “in loco”, a partir do Estado.
- Verificação da viabilidade de co-gestão com OSCIP e da sua pertinência.

Construir estrutura no PAESF

- Planejar e reestruturar trilha para a Serra Furada.
- Melhorar a ligação entre a base e o Minador.
- Reformar a reestruturar a base da UC.
- Consolidar receptivos para atendimento de escolas e visitantes em geral.
- Ajustar apoio / parceria com moradores locais para o receptivo na trilha da Serra Furada.
- Estudar a possibilidade de envolvimento da comunidade na recepção e orientação dos visitantes na Serra Furada.

Assegurar recursos para o PAESF.

- Prover orçamento próprio para a UC, dentro do orçamento geral da FATMA.
- Acompanhamento da Câmara de compensação ambiental.

Ampliar a cobrança ao Estado.

- Fortalecer o Conselho Consultivo e Prefeituras como agentes de “acompanhamento” e de cobrança do Estado.

9.4 Oportunidades – Propostas de Ações

O que deve ser feito para aproveitar as oportunidades existentes?

Desenvolvimento de parcerias

- Incentivar a criação da “associação de vizinhos do PAESF”.
- Desenvolver parcerias com o poder público municipal – executivo e legislativo, com o objetivo de melhorar as condições de acesso, divulgação e de regulamentação de uso das áreas contíguas e de apoio de pessoal.
- Desenvolver parcerias com o CDL e empresários da área de comércio e serviços focadas na criação e ampliação do mercado, com o objetivo de fomentar o mercado local e regional baseado no potencial que o PAESF apresenta.

Desenvolvimento de pesquisas na área do PAESF.

- Desenvolver pesquisas aplicadas às áreas e temas prioritários para o PAESF.
- Desenvolver parcerias com as universidades para focar ações de pesquisa relacionadas aos objetivos.

Desenvolvimento do ecoturismo

- Desenvolver parceria com o poder público estadual e municipal com o sentido de criação de uma rota turística.

Captação de recursos para o PAESF

- Focalizar esforços para acessar recursos de compensação ambiental no Estado.
- Orientar para que o Conselho Consultivo seja atuante no sentido de “cobrança” da Câmara de Compensação Ambiental e no acompanhamento do licenciamento.

Aprimorar a integração regional

- Planejar e realizar ações de divulgação da importância e do potencial do PAESF.

Fortalecer a imagem e a marca regional

- Atuar junto a escolas com o sentido de difundir os atributos do PAESF.
- Fortalecer a integração regional relacionada ao interesse municipal para desenvolver o turismo regional.



10 ZONA DE AMORTECIMENTO

Nesta etapa, foram apresentadas, pela equipe da Socioambiental, as normas gerais da legislação para as zonas de amortecimento. Em seguida, os participantes indicaram os critérios que deverão orientar o plano de manejo na definição da zona de amortecimento da Reserva.

Zona de Amortecimento (Z.A.)

- É a área de entorno da unidade de conservação (UC), onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. (art. 2º, XVIII da Lei Federal n. 9.985/00)
- Estabelecida e delimitada por ato do poder público.
(no ato de criação ou na elaboração do plano de manejo)

10.1 Normas Gerais da Legislação para Z.A.

- Normas são definidas pela FATMA (gestor da UC), através do Plano de Manejo
- As normas da Z.A. devem:
 - Respeitar os parâmetros da legislação em vigor;
 - Buscar a compatibilização com atividades produtivas já existentes (desde que legais) e a função social da propriedade.
 - Ser justificada tecnicamente;
 - Buscar integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. (Artigo 27, § 1º da Lei Federal n. 9.985/00)
- Uma vez estabelecida, as áreas inseridas na Z.A. não podem virar Zona Urbana; (Artigo 49, parágrafo único da Lei Federal n. 9.985/00).
- Queimadas: Somente com a devida autorização do órgão ambiental; Manter faixa de 50 m de distância do limite da UC a partir de aceiro de 10 metros de largura. (Art. 27, parágrafo único da Lei Federal n. 4.771/65; Art. 8º da Lei Estadual n. 10.472/97 e Decreto Federal n. 2.661/98)
- Não há restrições específicas para agrotóxicos;
(pode o plano de manejo estabelecer restrições)
- Transgênicos: o plano de manejo poderá dispor sobre as atividades de liberação planejada e cultivo de OGM – Organismos Geneticamente Modificados na ZA observadas as informações contidas na decisão técnica da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. (Art. 27, § 4º da Lei Federal n. 9.985/00)
- Enquanto o Plano de Manejo não definir, há restrição para: (Decreto Federal nº. 5.950/06)
 - Soja GTS 40-3-2, em faixa de 500m;
 - Algodão 531, em faixa de 800m;
 - Algodão 531, em faixa de 5Km quando houver parente silvestre na UC;
- O Plano de Manejo pode liberar esses cultivos ou alterar essas faixas;
- Para isso, deve considerar:
 - Se há parentes silvestres do transgênico;

- Características de reprodução dispersão e sobrevivência do transgênico;
- Isolamento reprodutivo do transgênico;
- Situação de risco para biodiversidade.
- Num raio de 10Km, o licenciamento ambiental de atividades potencialmente causadoras de significativo impacto ambiental deve ouvir a administração da Reserva, desde que tenham potencial de afetar a biota da UC, assim considerado pelo órgão gestor (FATMA).

(Art. 27 do Decreto Federal n. 99.274/90 e Resolução CONAMA 13/90)

- Na Z.A. é proibido corte e supressão de vegetação primária ou em estágios avançado e médio de regeneração; (art. 11, I, *alínea d* da Lei Federal nº 11.428/06)
 - Quando fora da Z.A., estágio médio poderia ser desmatado desde que:
 - Pequeno produtor rural (até 50ha);
 - Comprovada necessidade para subsistência;
 - Respeitadas APP e averbada Reserva Legal;
 - Autorizado pelo órgão ambiental.

10.2 APP e Reserva Legal na Z.A:

- Seguem as mesmas disposições da legislação em vigor sobre os temas (Lei Federal n. 4.771/65 – Código Florestal; Resolução CONAMA n. 369/06)
- Uma vez incluídas na Z.A., tais áreas passam a ser foco prioritário de gestão da UC, aumentando a fiscalização sobre a região no que tange ao cumprimento da legislação, além de orientação, apoio e educação ambiental

10.3 Potenciais Benefícios Financeiros

- Servidão Florestal
 - Uso de excedentes de mata para compensar reserva legal de terceiros, por arrendamento
- CRF (Cota de Reserva Florestal)
 - Título (crédito) negociável, lastreado em vegetação protegida que exceda a Reserva Legal obrigatória

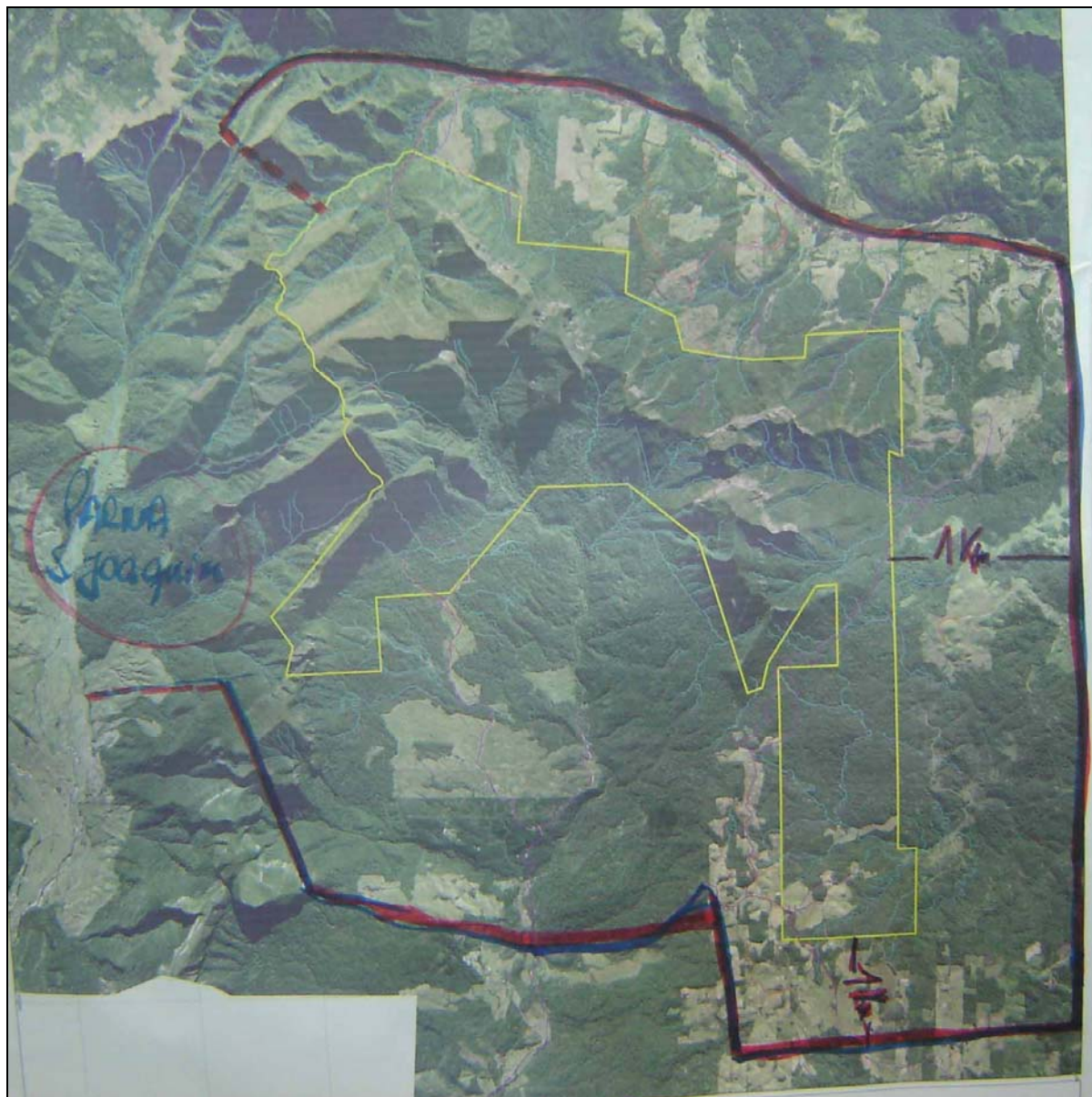
(Art. 44, 44-A e 44-B da Lei Federal n. 4.771/65)
- Compensação ambiental
 - De licenciamento:
 - Aplicação em monitoramento e pesquisa para manejo na Z.A.

10.4 Possíveis Benefícios Financeiros

- Quando há restrições de uso pela Z.A:
 - Prioridade crédito rural, seguro agrícola e outros apoios oficiais;
 - Prioridade acesso a infra-estrutura rural (energização, irrigação, telefonia...);
 - Preferência serviços oficiais de assistência técnica e fomento;
 - Isenção de ITR nas áreas com novas restrições (Art. 103 e 104 da Lei Federal nº. 8.171/91 – Política Agrícola)

11 INDICAÇÃO DA ZONA DE AMORTECIMENTO

Ao final da abordagem conceitual, os participantes debateram e indicaram os possíveis critérios e preocupações que deverão ser levados em conta para o estabelecimento da zona de amortecimento, bem como, foi indicado o seu possível limite.



Observações:

1. Observar que não há drenagem para dentro de PAESF.
2. No limite com Parque de São Joaquim não há zona de amortecimento.
3. Buscar limites visíveis, como estradas, rios ou linhas retas.
4. Observar as espécies exóticas invasoras – animais e plantas.
5. Procurar incluir o maciço na parte inferior do PAESF.

12 CONSELHO CONSULTIVO DO PAESF

Este tema foi introduzido com uma primeira abordagem realizada pela equipe da Socioambiental.

12.1 Conselhos de Unidades de Conservação

- ✓ Os conselhos são mecanismos de gestão integrada, descentralizada e participativa de unidades de conservação previstos na Lei Federal n. 9.985/2000 (lei do SNUC) e na Lei Estadual n. 11.986/01 (lei do SEUC)
- ✓ No caso específico das unidades de Proteção Integral (Parque, Reserva Biológica, Estação Ecológica e outras) o conselho tem caráter consultivo.

12.2 Conselho Consultivo

- ✓ Fórum de discussão que congrega o órgão gestor da UC e outras instituições públicas e privadas que sejam envolvidas e relacionadas com a sua gestão, presidido pelo chefe da unidade.
- ✓ Visa centralizar discussões, subsidiar e descentralizar tomadas de decisão relativas à UC, colaborando nas ações de planejamento e manejo da área protegida.
- ✓ Sempre que possível a representação no Conselho Consultivo deve ser paritária.

12.3 Competência do Conselho - Decreto Federal n. 4.340/02

- ✓ Acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo.
- ✓ Buscar a integração da UC com as demais unidades de conservação e com sua região de entorno.
- ✓ Esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a UC.
- ✓ Avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da UC.
- ✓ Opinar sobre a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade, e acompanhar o trabalho.
- ✓ Propor ações e projetos a serem desenvolvidas no âmbito dos programas de manejo da UC.
- ✓ Manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos.
- ✓ Propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade.

12.4 Reuniões do Conselho

- ✓ A reunião do conselho da unidade de conservação deve ser pública, com pauta preestabelecida no ato da convocação e realizada em local de fácil acesso.
(somente conselheiros com direito a voto)
- ✓ Compete ao órgão gestor da UC:
- ✓ Convocar o conselho com antecedência mínima de sete dias.
- ✓ Prestar apoio à participação dos conselheiros nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado.

12.5 Funcionamento

- ✓ Instituído por Portaria do órgão gestor da UC (FATMA)
- ✓ Estabelecimento de um Regimento Interno elaborado e aprovado pelos conselheiros.
- ✓ Formação de grupos de trabalho.
- ✓ Cronograma de reuniões ordinárias e atividades.
- ✓ Registro em ata das reuniões e atividades.
- ✓ O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado, e considerado atividade de relevante interesse público.
- ✓ Sinergia entre as instituições e formação de parcerias

12.6 Regimento Interno

- ✓ O Conselho Consultivo faz parte da estrutura permanente da UC e por esta razão precisa de regras para disciplinar seu funcionamento.
- ✓ A formulação do Regimento do Conselho deve, além de sua estrutura e das regras de seu funcionamento, prever a possibilidade de sua revisão, caso seja necessário aprimorá-lo.

12.7 Atribuições dos Conselheiros

- ✓ Contribuir para a efetiva implantação e cumprimento dos objetivos do PAESF;
- ✓ Formular propostas relativas a gestão da UC;
- ✓ Discutir e propor programas, projetos e ações prioritárias para UC;
- ✓ Participar das ações de planejamento da UC;
- ✓ Opinar sobre a aplicação de recursos financeiros destinados UC ;
- ✓ Opinar sobre assuntos de interesse do PAESF e sua Zona de Amortecimento;
- ✓ Emitir moções e pareceres.

12.8 Critérios para participação no conselho consultivo

- ✓ Instituição legalmente constituída;
- ✓ Atuação na região da unidade de conservação;
- ✓ Representatividade efetiva do setor;
- ✓ Disponibilidade de tempo e dedicação;
- ✓ Potencial de cooperação com a gestão do PAESF;
- ✓ Trabalhar de forma sinérgica e convergente em prol dos objetivos da unidade e do plano de manejo.

13 INSTITUIÇÕES CANDIDATAS AO CONSELHO CONSULTIVO

Iniciaram-se os debates com uma reflexão sobre aspectos relevantes que devem ser observados na estruturação do Conselho Consultivo. Em seguida, foram identificadas as instituições locais que poderão integrar o futuro Conselho Consultivo do PAESF e que deverão ser consultadas sobre o seu interesse neste sentido.

13.1 O que será importante para a estruturação de um Conselho Consultivo Atual?

- Capacitação dos conselheiros sobre o que é o PAESF, o conselho e o plano de manejo.
- Ter representatividade de seus membros – prefeituras, entidades e comunidades.
- Reunir pessoas com boa vontade e comprometidas.
- Realizar reuniões periódicas 3 a 4 vezes por ano, de forma itinerante, nas comunidades.
- Realizar eventos de confraternização.
- Assegurar comunicação permanente.
- Estabelecer paridade entre as representações dos municípios.
- Reunir ao redor de 15 participantes.

Instituições Locais	Instituições regionais	Instituições Estaduais	Instituições
Prefeitura de Orleans	Unibave	FATMA	ICMBio
Prefeitura de Grão Pará	Unesc	Epagri	
COMDEMA Grão Pará	Unisul	Polícia Ambiental	
COMDEMA Orleans	SDR	Epagri	
Câmara de Vereadores Orleans	Comitê de bacia do Rio Tubarão		
Câmara de Vereadores Grão Pará	Grupo Ecológico Ativista Sulcatarinense – GEASC		
Comunidade de Chapadão	Obs: avaliar a pertinência de envolver outros setores, em especial, da comunidade – turismo, comércio, etc.		
Comunidade Serra Furada			
APP Grão Pará			
APP Orleans			
ADM Serra Furada			

14 CONTINUIDADE DO PROCESSO

14.1 O que deve ser encaminhado para estruturar o Conselho Consultivo do PAESF?

O que deverá ser providenciado	Como encaminhar	Até quando
1 – Encaminhar carta convite às entidades definidas.	<ul style="list-style-type: none">▪ Ofício com histórico do processo e resumo da UC;▪ Contato pessoal com as instituições envolvidas;▪ Convite para ingressar no conselho;▪ Manifestação de interesse;▪ Documentos necessários;▪ Indicação do representante.	Agosto 2009
2 – Recolher e analisar a documentação necessária.	<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar o recolhimento e análise das documentações.	Agosto 2009
3 – Elaborar a relação de entidades e conselheiros.	<ul style="list-style-type: none">▪ Definir os critérios para observar os aspectos de paridade.▪ Encaminhar à Presidência da FATMA para elaboração da Portaria de nomeação.▪ Comunicar as entidades.	Setembro 2009
4- Publicar a Portaria de nomeação dos Conselheiros.	<ul style="list-style-type: none">▪ Gerencia de Recursos Humanos da FATMA encaminha publicação.	Setembro 2009
5 – Empossar os Conselheiros.	<ul style="list-style-type: none">▪ Presidente da FATMA empossa os Conselheiros.	Outubro 2009
6. Capacitar os membros do Conselho.	<ul style="list-style-type: none">▪ Organizar agenda de capacitação dos conselheiros e apresentação prévia do plano de manejo	Novembro 2009
7 – Estruturar plano de trabalho do Conselho.	<ul style="list-style-type: none">▪ Reunião específica para organizar agenda e temas relevantes para serem abordados pelo conselho▪ Elaborar e aprovar o Regimento Interno.	Novembro 2009
8 – Receber e apreciar o Plano de manejo do PAESF.	<ul style="list-style-type: none">▪ Reunião conjunta FATMA, Socioambiental e Conselho Consultivo.	Dezembro 2009



15 PRÓXIMOS PASSOS

O que devemos fazer?	Responsável	Até quando?
1. Consolidar o relatório da oficina	Sérgio Cordioli / Cláudio	15.07.2009
2. Complementar diagnóstico do PAESF	Zé Olímpio / Cláudio	Julho 2009
3. Realizar oficina interna para planejamento estratégico	Zé Olímpio / Cláudio	Agosto 2009
4. Entregar 1ª versão do plano de manejo	Zé Olímpio / Cláudio	Outubro 2009
5. Formação do Conselho Consultivo	Zé Olímpio / Cláudio	Outubro 2009
6. Entregar versão final do Plano de Manejo	Zé Olímpio / Cláudio	Novembro 2009

16 AVALIAÇÃO DA OFICINA

Ao final, de forma aberta, os participantes opinaram sobre a oficina.

16.1 Como avaliamos a nossa oficina?

- Esclareceu dúvidas.
- Houve preocupação com os problemas dos agricultores e com a solução dos mesmos.
- Faltou a participação das comunidades.
- Conseguimos ampliar a base de participação.
- O Conselho vai facilitar o processo.
- Os setores mostraram preocupação em participar do processo.
- Cumprimos com os objetivos da oficina.
- O chamamento foi feito muito em cima da hora e por esta razão o esvaziamento observado.
- Devemos respeitar pelo menos 10 dias úteis para convidar a comunidade a participar.
- A relação de participantes deve ter entidades vitais para o plano de manejo e neste caso faltou, por exemplo, a Polícia Ambiental.
- A FATMA e o PPMA devem dar o suporte necessário para o bom andamento do processo.
- Houve decepção pelo esvaziamento da oficina.
- A oficina “interna” não deverá ser tão “interna” e abrir espaço para a comunidade participar.
- Em dois dias de oficina foi possível fazer um bom trabalho.
- Valorizamos o esforço dos coordenadores para que a oficina pudesse ser realizada em dois dias.
- Temos um bom subsídio para seguir com o trabalho.
- A participação do grupo foi muito boa.
- Precisamos levar o plano para as comunidades.
- Precisamos ajustar o processo interno.
- A oficina foi boa, construtiva, esclarecedora, focada e de orientação do processo.
- Grato a Unibave pelo apoio logístico.
- Obrigado pela participação de todos.

17 ANÁLISE ESTRATÉGICA DO PAESF

A análise estratégica do PAESF é baseada em uma série de abordagens, onde se destaca a OPP - Oficina de Planejamento Participativo, realizada em três dias de discussões com representantes de diversos setores da sociedade local. Além deste evento destaca-se também a realização do RAPPAM, método de diagnóstico participativo que foi aplicado com os funcionários da FATMA. Os resultados desses eventos foram posteriormente analisados e retrabalhados na OPE – Oficina de Planejamento Estratégico, que contou com a participação de pesquisadores responsáveis pelos levantamentos do diagnóstico e das equipes de coordenação e planejamento de elaboração do Plano de Manejo (Socioambiental, FATMA e PPMA-SC). Os dados dos diagnósticos técnicos das diversas áreas temáticas também fundamentaram as decisões tomadas na OPE.

Vários fatores estratégicos listados pela OPP foram aglutinados e tratados de forma conjunta e integrados, em razão de evidentes correlações entre eles. Alguns pontos foram excluídos da análise por não terem sido considerados pertinentes, ou por não apresentarem consistência frente aos diagnósticos de campo ou análise mais detida.

Os fatores estratégicos que constituem o **cenário interno da UC** (internos à área geográfica da UC ou à sua gestão), em seus aspectos positivos e negativos, são aqui denominados respectivamente **pontos fortes** (que são forças impulsionadoras do cenário interno) e **pontos fracos** (forças restritivas do cenário interno). Os fatores estratégicos do **cenário externo** (externos à área geográfica da UC e à sua gestão direta) são as **ameaças** (forças restritivas do cenário externo) e as **oportunidades** (forças ou potenciais impulsionadores do cenário externo).

Os pontos estratégicos considerados nesta análise são sumariamente caracterizados um a um a seguir, em pequenos textos explicativos.

Pontos Fortes

a) Biodiversidade do PAESF satisfatoriamente preservada

Apesar dos problemas diagnosticados no PAESF, como a existência de espécies exóticas e o fato de área já ter sofrido exploração madeireira no passado, em geral a paisagem e os ambientes da UC apresentam-se bem preservados.

b) Nascentes preservadas

Apesar de os recursos hídricos do PAESF não serem utilizados diretamente para o abastecimento humano, ao menos em escala significativa, é inegável a importância do Parque para a preservação de inúmeras nascentes de vários córregos alimentadores de importantes rios locais, como o Minador, o rio do Meio e o rio Braço Esquerdo.

c) Grande beleza cênica do PAESF

Os paredões de arenito e basalto, as encostas íngremes cobertas por densa floresta e o atrativo principal do Parque, formado pelo grande furo no arenito, dentro do conjunto da encosta da serra Geral, formam um belo cenário e consequente atratividade para visitação, o que constitui elemento importante para uma UC da categoria de manejo “Parque”.

d) Situação fundiária livre de conflitos

Apesar da situação fundiária do PAESF não estar plenamente resolvida, visto que suas áreas devolutas ainda não tiveram a titularidade da União repassada para o Estado, a ausência de conflitos de contestação de titularidades e de limites com proprietários do entorno é certamente um importante elemento positivo.

Pontos Fracos

a) Falta de prioridade e a descontinuidade na gestão institucional da UC

No passado o PAESF não possuía uma equipe fixa e as ações de gestão eram esporádicas, sendo sua implementação resultado de esforços episódicos e pontuais, intercalados por longos períodos sem ações concretas. A falta de uma equipe de gestão local do Parque impede também maior acompanhamento e apropriação das questões locais e dificulta a aproximação com a população.

b) Recursos humanos e financeiros inadequados para a gestão do PAESF

O PAESF não possuía recursos humanos e financeiros próprios para sua gestão desde sua criação. A partir do ano de 2008 a FATMA abriu concurso público para a contratação de funcionários especificamente para as unidades de conservação, que começaram a assumir seus cargos a partir do final do ano de 2009, como é o caso do PAESF.

c) Infraestrutura insuficiente

Em se tratando de um Parque, o PAESF carece de infra-estrutura básica para o desenvolvimento de atividades mínimas de gestão, principalmente em relação às ações e às estruturas necessárias para o atendimento de visitantes. A única infraestrutura existente, consiste em casa funcional de 87,5 m² construída em 1995 para abrigar um ex morador e funcionário zelador da área, que foi desocupada em 2003 e que hoje se encontra destinada a abrigar o Centro de Apoio à Pesquisa e Educação Ambiental – CAPEA, após ser reformada.

d) Uso público desordenado na Trilha da Serra Furada e vandalismo

O principal atrativo do PAESF, a “Serra Furada”, possui uma trilha de acesso extremamente íngreme, cujo traçado foi aberto sem critérios de conservação, por onde grupos de visitantes sem nenhum tipo de informação sobre a UC percorrem até alcançarem o “furo da serra”. Em razão do acesso de visitantes ser feito sem nenhum tipo de controle, há inclusive riscos à integridade física dos mesmos e também à integridade do próprio atrativo, que vem sofrendo com pichações e escrituras em baixo relevo. Restos de fogueiras e lixo também são observados ao longo da trilha e junto ao paredão de arenito.

e) Falta de Divulgação

Como não existia uma equipe de gestão do PAESF permanente e presente, também não havia interlocução com a sociedade, e consequentemente não eram divulgadas informações a respeito do PAESF à população. Apenas em 2008, no âmbito das atividades do PPMA, foi realizada uma série de palestras nas escolas locais, além de ter sido aplicado questionário para averiguação da visão da comunidade sobre o Parque. Não existe folder, boletim ou *website* da UC.

f) Falta de envolvimento das comunidades

A falta de uma equipe de gestão local parece ser o principal fator de não envolvimento das comunidades, aliado à inexistência de estruturas e meios de recepção e divulgação para os visitantes da UC.

g) Insuficiente sinalização do PAESF e seus acessos

Em 2008 foram colocadas, em parceria com a Prefeitura de Orleans, placas de indicação de acesso ao Parque ao longo das estradas. Entretanto, nas estradas de Grão-Pará, assim como nas rodovias não há nenhum tipo de sinalização. Nos limites do PAESF também não há sinalização indicativa, assim como também não existe portal que assinale o início dos limites do Parque na estrada de acesso à antiga casa funcional (CAPEA), que também não é sinalizada.

h) Caça e coleta de animais vivos para tráfico

Há fortes indícios de que a prática de caça é comum na região, tanto dentro dos limites do PAESF como em seu entorno, o que foi constatado nas atividades de campo da elaboração do Plano de Manejo, seja por meio de vestígios como restos de fogueiras e cartuchos de munição encontrados na mata, ou por meio de entrevistas locais. Funcionários da FATMA também informaram a existência de prática de coleta de animais vivos para comercialização. Informações da fiscalização do Parque Nacional de São Joaquim, realizadas nas localidades do PAESF, também indicam a ocorrência de atividades de caça.

i) Ocorrência de espécies invasoras

Foram registradas espécies exóticas dentro dos limites do PAESF ou muito próximo dos limites, seja na forma de reflorestamento (silviculturas principalmente de pinus) ou de indivíduos isolados de espécies ruderais (ver item 4.2.1 – vegetação).

j) Pastoreio de gado no interior do PAESF

Constatou-se a ocorrência de invasão de gado dentro de áreas do PAESF, na porção leste, sul e norte, em locais devidamente indicados em mapa de controle ambiental do plano de manejo.

k) Inexistência de sistema de comunicação

Não há linha de telefonia convencional nem cobertura de sinal para telefone celular, seja na área da casa funcional (CAPEA) do PAESF ou na localidade de Serra Furada. Na inexistência também de radiocomunicadores não há possibilidade de comunicação à distância, seja entre o CAPEA e as demais áreas do Parque, ou com a cidade.

Ameaças

a) Silvicultura de exóticas no entorno do PAESF

Consiste na ameaça real de contaminação biológica pela dispersão de sementes principalmente de *Pinus* spp, cada vez mais amplamente plantado em áreas de antigas pastagens próximas aos limites do Parque, principalmente nas áreas abertas em razão de alterações da cobertura vegetal, ou mesmo nas áreas de cobertura vegetal naturalmente mais abertas que ocorrem nos paredões de arenito e topos de morro.

b) Estradas de acesso ao PAESF em más condições de conservação

As estradas municipais de acesso ao PAESF, a partir das sedes municipais, se encontram, em geral, em más condições de uso. Este é um elemento que dificulta não só as ações de gestão da UC em seus deslocamentos como também compromete a atratividade e o potencial de visitação do Parque.

c) Desenvolvimento de apicultura no entorno próximo do PAESF

O desenvolvimento de apicultura no entorno mais imediato da UC, representa tanto um potencial prejuízo às espécies de abelhas nativas como risco à segurança dos visitantes envolvidos em atividades de uso público do PAESF.

d) Criação extensiva de caprinos que adentram os limites do Parque

Este item foi mencionado como um problema na oficina do RAPPAM, por funcionários da FATMA que conhecem o PAESF. Pode representar problemas para a vegetação nativa. Nos trabalhos de campo para a elaboração deste Plano de Manejo não foram encontrados indícios da ocorrência desta atividade. Entretanto, certamente é um problema potencial, tendo em vista de que existe criação de cabras no entorno próximo da UC.

Oportunidades

a) Iniciativas e potencial para o ecoturismo no entorno

Apesar de não existir ainda um volume significativo de empreendimentos ecoturísticos no entorno do PAESF, o potencial natural para isso já identificado, assim como algumas iniciativas de exploração deste potencial, apontam para a oportunidade de desenvolvimento de alternativas econômicas que valorize o aspecto paisagístico e a preservação dos ambientes naturais do entorno do Parque.

b) Proximidade do PARNA de São Joaquim

A proximidade do PAESF com o Parque Nacional de São Joaquim, representa oportunidade de desenvolvimento de ações conjuntas e de soma de esforços para a gestão dessas UC's, através também da troca de experiência e informações. Destaque faz-se ao potencial de desenvolvimento de circuito turístico comum de visitação na região onde se inserem (conjunto representado pela Serra do Rio do Rastro, São Joaquim, Urubici e Serra do Corvo Branco) e às relações públicas com as comunidades do entorno.

c) Existência de Universidades e centros de pesquisa na região

A presença de universidades na área de abrangência do PAESF (UNIBAVE em Orleans), além de UNISUL em Tubarão e a UNESCO em Criciúma, aponta para o potencial do estabelecimento de parcerias no sentido dessas universidades desenvolverem pesquisas no PAESF, sobretudo aquelas prioritárias à gestão da UC.

d) Potencial para o estabelecimento de parcerias com o empresariado local

Esta é uma oportunidade ainda potencial, apresentada na OPP, relacionada à possibilidade de empresas locais se engajarem em apoio à implementação do PAESF, na forma de patrocínio a atividades da UC, principalmente na hipótese do Parque vir a se tornar ou ser visto como importante elemento de desenvolvimento turístico dos municípios onde se insere.

e) Potencial para desenvolvimento de atividades de treinamento e qualificação profissional

No Parque podem ser desenvolvidas atividades de capacitação e qualificação profissional de grupos para operações em áreas naturais, servindo como um campo de treinamento ao ar livre para cursos de instituições públicas como, por exemplo, técnicas de sobrevivência, busca e resgate, condução de grupos, mínimo impacto e outros.

ANEXO I – LISTA DE PARTICIPANTES DA OFICINA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA FURADA



Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra Furada Oficina de Planejamento Participativo Orleans – 7 e 8 de Julho de 2009

	Nome	Cidade	Instituição ou Comunidade	Contatos
1	Jair Henrique S. Wagner	Orleans	Unibave	administrativo@unibave.net
2	Eldon Pozzeto Nandi	Grão Pará	Sec. de obras	48 8452 4681 08/02/09
3	Sonia Brunning Assari	Grão Pará	Epagri	48 3652 1322
4	Guilherme Nunes Bressan	Grão Pará	Condema, Sec. Agri.	9109 36 10 (48)
5	Renato Guisi	Grão Pará	Sec. Agricultura	48 8412 9050
6	Camila Fior	Orleans	FAMOR	48 3466 1473
7	Vanildo de S. Müller	Grão Pará	Sec. de cult. esp. tu.	48 8412 9020
8	Jaime Perin	Grão Pará	Pres. CAM.	48 9956 1173 / 3652 1386
9	Estevão Guizone	Grão Pará	Sec. Saúde	8402 2095 (48)
10	Rosana de Oliveira Souza	Grão Pará	Vereadora	8434 3687 (48)
11	Altair de Oliveira	Grão Pará	Pres. AS. SF	
12	Doetir Bonati	Grão Pará	comunidade SF.	
13	Paula Wronski	Tubarão	ESCAS	48 3626-1365
14	Kelly Teixeira	Tubarão	FATMA	48 3622-5910
15	Rui Bitencourt	Tubarão	FATMA	" " " " "
16	Luiz Gaizinski Slachta	Orleans	APOLSCA	48 9994-3270
17	MARIA DE FÁTIMA B. BRESOLA	Fpolis	FATMA	48 32161765
18	Eduardo Bertoni	Orleans	FAMOR	48 8451 8052
19	Lisandro Coelho	São Lourenço	Unibave	48 9619 9391



Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra Furada Oficina de Planejamento Participativo Orleans – 7 e 8 de Julho de 2009

	Nome	Cidade	Instituição ou Comunidade	Contatos
20	Cláudio A. Souza	Orleans	Unibave	claudio.souza@unibave.net
21	Ademir Bonatti	Grão Pará	Vereador	
22	Valmir Augusto Detzel	Florianópolis	FPM/SC	valdetzel@bighost.com.br
23	Carolina Mota	Fpolis	Socioambiental	carolina@Socio-Ambiental.com.br
24	João de Oliveira	Grão Pará	Serra Furada	48 8401 2588
25	Renato Delcor	Orleans	Secretaria de Meio Ambiente	48 9993 0485
26	For. Olimpia de Silva Jr.	Fpolis	Socioambiental	
	Beirão Chedroff	Palmeira	Polícia	51-8157978
	Eduardo Muscatto	Fpolis	FATMA	48-99650266
	Beloni T. Pauli Hauken	Fpolis	FATMA	48-32161765 beloni@fatos.org
	Aline Fernandes de F. e S.	Fpolis		48-84471373
	Jaime Perin	Grão Pará	Camara	9015 64773-3652 1386